



Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Estadual de Montes Claros



Programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e Território

Edmilson Mendes de Faria

Entre caminhos: um estudo sobre as consequências da modernidade no  
Quilombo dos Nogueira na Cidade de Montes Claros – Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território – PPGSAT associado Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES como requisito à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski

Coorientador: Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa

Montes Claros

Setembro de 2017

F224e  
2017

Faria, Edmilson Mendes de.

Entre caminhos: um estudo sobre as consequências da modernidade no Quilombo dos Nogueira na cidade de Montes Claros – Minas Gerais / Edmilson Mendes de Faria. Montes Claros, 2017.  
99 f.: il.

Dissertação de Mestrado - Área de concentração em Sociedade, Ambiente e Território, associado Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros.

Orietador: Dr. Klemens Augustinus Laschefski.

Coorientador: Dr. João Batista de Almeida Costa.

Banca examinadora: Dra. Flávia Maria Galizo, Dr. Giovanni Fonseca, Dr. Eduardo M. Ribeiro

Inclui referências: f. 71-75.

1. Quilombo. 2. Território. 3. Modernidade. 4. Religião. 6. Cultura. I. Laschefski, Klemens Augustinus. II. Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

CDU: 316

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Entre caminhos: um estudo sobre as consequências da modernidade no Quilombo dos Nogueira na Cidade de Montes Claros – Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território – PPGAT associado Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES como requisito à obtenção do título de mestre.

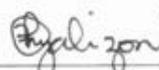
Orientador: Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski

Coorientador: Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa

Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Giovanni Campos Fonseca - UFMG

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro - UFMG

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Flávia Maria Galizoni - UFMG pelo  
Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski – orientador (licenciado) – UFMG

Montes Claros, 29 de setembro de 2017

*À minha família.*

“Marcados nessas pedras você vai encontrar a dor de nossa luta, a tristeza de nossas perdas e os alicerces de nossa vitória.”

(Nelson Mandela)

## Agradecimentos

Agradeço a Deus e sua Santa Mãe por me fazerem persistir e lutar por meus sonhos.

Ao meu Pai Adão Geraldo de Faria (*in memorian*) e minha Mãe Arlinda Mendes de Faria (*in memorian*), que nunca pouparam esforços para a realização dos meus sonhos e sempre foram exemplo de bondade, dignidade e honestidade.

Aos meus irmãos: Sebastião Geraldo (Nem), Wellington (Tim), Alba Valéria (Lela), Gislene (Lene), Tânia (*in memorian*), Elton e Reinilson, que sempre acreditaram em mim e sempre foram grandes apoios na minha vida.

Ao meu amor, amiga e companheira Ronize Viviane de Faria por ser minha grande incentivadora desde o princípio, por sempre acreditar em mim, pelo apoio, pela amizade, pela convivência, pelo amor e carinho que sempre me dedicou.

Aos meus filhos, João Pedro e Marcos Philipe, responsáveis pelas minhas maiores alegrias, “por vocês e com vocês luto pelo futuro”.

Aos meus sogros Sr. Ranulfo e D. Gilda, pela ajuda certa no momento certo.

Ao grande pai-amigo Caubí Blanck e toda sua família que me adotaram e em momento algum deixaram de estar ao meu lado.

Ao meu orientador Prof. Dr. Klemens Laschefski e meu coorientador Prof. Dr. João Batista de Almeida (Joba), que me ensinaram o que são as nuances da pesquisa e a conhecer melhor esse mundo. Agradeço pelas oportunidades, pela convivência e pelo apoio.

A toda família Nogueira, que me acolheu e conspira a favor da realização dessa dissertação.

A todos os membros do Cenáculo São Miguel Arcanjo, pelas orações e apoio.

À equipe de professores do Mestrado Associado UFMG – UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território, pela valorosa contribuição na construção dos saberes.

À equipe do Laboratório de Geoprocessamento da Unimontes.

A todos que direta ou indiretamente, apoiaram a realização desse estudo.

Muito obrigado!

## Resumo

As implicações da era moderna na comunidade dos Nogueira, auto-afirmada quilombola é o objetivo dessa dissertação. Localizada na cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, foi estabelecida em seu território por Florentino José Nogueira e sua esposa, conhecida como Dona Clara. Situado, inicialmente, em zona rural, com o passar dos anos, o terreno foi encompasado pela malha urbana. O território do quilombo é alvo de uma disputa judicial entre a família Nogueira e a PMMG. Com a realização deste estudo, que se deu através da etnografia e cartografia social junto à coletividade, foi possível observar a organização social dos Nogueira, tais como as raízes culturais que enunciam sua identidade étnica, social e religiosa. Foram observadas também decorrências da contemporaneidade, que intervieram diretamente no dia a dia, cultura, trabalho, reprodução material e organização social da comunidade, que atualmente, envolvida no conflito que ameaça o direito ao seu território, vivencia o medo de que a comunidade remanescente de quilombo, em processo de reconhecimento pela Fundação Palmares, tenha suas raízes ainda mais impactadas com a perda de seu território e restrição das suas manifestações culturais e religiosas.

Palavras chave: Quilombo. Território. Modernidade. Identidade. Religião. Cultura.

## Abstract

Within this dissertation are treated the consequences of modernity in the self-declared quilombo (maroons) community of the Nogueira. Located in the city of Montes Claros, capital of the northern region of Minas Gerais, Brasil, its territory has been established by Florentino José Nogueira and his wife, known as Dona Clara. Initially situated in a rural area, over the years, the land was encompassed by an urban environment. Nowadays the territory of the quilombo is the target of a legal dispute between the Nogueira family and the neighboring battalion Military Police of Minas Gerais (PMMG), which is claiming the area for itself. Throughout the development of the research, which took place through ethnography and social mapping together with the community, it was possible to observe the social organization of the Nogueira, as well as the cultural roots that enunciate their ethnic, social and religious identity. The consequences of modernity, which directly influence the way of life, material reproduction, work and social organization of the community, were also observed, which, currently involved in the conflict that threatens the right to its territory, experiences the fear that the remaining community members of might impact its roots even more by the loss of its territory and restrictions on its cultural and religious manifestations.

Keywords: Quilombo. Territory. Modernity. Religion. Culture.

## Siglas e Abreviaturas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

CBF – Constituição Federal Brasileira

CPISP – Comissão Pró Índio de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MEC – Ministério da Educação

NEAB – Núcleo de Estudo Afro-brasileiro

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PPGSAT – Programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e Território

SEPPIR – Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal

UFMG– Universidade Federal de Minas Gerais

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

## Índice de Ilustrações

Figura 1: A cidade de Montes Claros e os municípios circunvizinhos. ....	38
Figura 2: Expansão da mancha urbana da cidade de Montes Claros entre os anos de 1970 a 2014. ....	48
Figura 3: Localização do Quilombo dos Nogueira. ....	50
Figura 4: Árvore genealógica dos Nogueira.....	74
Figura 5: Frente da Certidão de compra e venda.....	75
Figura 6: Verso da Certidão de compra e venda .....	76
Figura 7: Foto de satélite do território Nogueira em 1964. ....	77
Figura 8: Manejo do terreno do Quilombo dos Nogueira. ....	78
Figura 9: Atividade de cartografia social com os membros dos Nogueira.....	78
Figura 10: Mapa histórico do passado do Quilombo dos Nogueira .....	79
Figura 11: Mapa histórico do presente do Quilombo dos Nogueira. ....	79
Figura 12: Terreiro umbandista do Quilombo dos Nogueira. ....	80
Figura 13: Jair Nogueira nos tratos com o terreiro de umbanda. ....	80
Figura 14: Oferenda no templo umbanda.....	81
Figura 15: Lagoa do território da família Nogueira. ....	81
Figura 16: Prática de rituais umbandistas na lagoa. ....	82
Figura 17: Frente do território dos Nogueira.....	82
Figura 18: Terreno que era utilizado para cultivo agrícola. ....	83
Figura 19: Divisão em lotes e a área restringida pelo muro construído pela PMMG no território dos Nogueira. ....	84
Figura 20: Frente da segunda Certidão de compra e venda.....	85
Figura 21: Verso da segunda Certidão de compra e venda. ....	86
Figura 22: Segunda via da Certidão original de compra e venda.....	87
Figura 23: Declaração de posse do território pela PMMG.....	88
Figura 24: Muro construído pela PMMG no território do Quilombo dos Nogueira. ....	89
Figura 25: Muro construído pela PMMG no território do Quilombo dos Nogueira. ....	89
Figura 26: Notificação de posse do território feita pela PMMG.....	90
Figura 27: Templo pentecostal no território dos Nogueira. ....	91
Figura 28: Primeira citação judicial de reivindicação do território dos Nogueira.....	92
Figura 29: Citação judicial de reivindicação do território dos Nogueira pela PMMG.....	93
Figura 30: Segunda citação judicial de reivindicação do território dos Nogueira.....	94
Figura 31: Segunda citação judicial de reivindicação do território dos Nogueira pela PMMG.....	95

## SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1. Pressupostos de pesquisa.....	13
Capítulo 2. Um olhar sobre o quilombo.....	20
2.1. Interfaces da modernidade.....	20
2.2. Cultura: transmissão e transformação.....	25
2.3. Comunidades remanescentes de quilombos.....	29
2.4. Cultura e Território.....	33
3.1. Espaço territorial.....	37
3.2. Processo histórico.....	38
3.3. Matriz Cultural.....	45
Capítulo 4. Os Nogueira e a modernidade.....	48
4.1. A expansão da cidade.....	48
4.2. Conflitos e Mudanças.....	51
4.3. Sonhos e perspectivas.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	68
Anexos.....	74

## Introdução

O Brasil não deu a atenção merecida à questão quilombola por séculos. Vários autores têm apontado que a primeira citação a um quilombo realizada pelo Conselho Ultramarino ocorreu em 1740, em um Brasil colônia e escravocrata. Segundo Almeida (2000, p.164), citado por Malcher (2009, p.6) nesta ocasião, foi definido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”.

Somente pós a carta magna de 1988 as comunidades quilombolas ganharam reconhecimento. O texto constitucional em seu artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ela atribuiu direitos territoriais aos herdeiros da tradição, ou seja, os remanescentes de quilombos (FARIA; GONÇALVES, 2016). Este prestígio, além dos imperativos políticos da igualdade jurídica e material, o tema do reconhecimento trata da afirmação das diferenças e das prerrogativas de determinados grupos denominados minoritários. A terminologia quilombo até então era quase exclusividade de uso dos historiadores e demais especialistas que procuravam construir novas abordagens e interpretações sobre a nação (BRASIL, 1988).

Neste sentido, ao definir quilombos e sua história é necessária a desmistificação do senso comum, que traz uma concepção a ser superada. Marques (2009, p. 340), citado por Marques e Gomes (2013, p. 141) afirmam que “a ideia percorre há longo tempo o imaginário da nação e é uma questão relevante desde o Brasil Colônia, passando o Império até chegar à República”. Nesse prisma, vai de encontro também á ideia de que tratar do tema quilombos e quilombolas na atualidade é tratar de lutas políticas e dos processos científicos que envolvem a construção desses termos (LEITE, 2003, apud MARQUES E GOMES, 2013, p. 141).

Assim, Marques, Simião e Sampaio (2012) afirmam que:

A questão quilombola em Minas Gerais, com raríssimas exceções, foi praticamente desconhecida pelos estudiosos e poderes públicos até o ano de 2000. Neste ano, um dos poucos documentos sobre comunidades quilombolas no Estado de Minas Gerais era uma lista da Fundação Cultural Palmares com aproximadamente 66 nomes, dos quais boa parte não trazia informações básicas como a localização de tais grupos. (MARQUES; SIMIAO; SAMPAIO, 2012, p. 151).

Entre muitos outros quilombos está a família Nogueira, constituída a partir de Florentino José Nogueira estabelecidos no Bairro Camilo Prates, zona sul da cidade de Montes Claros. Eles se constituem em uma organização social baseada no parentesco já há três gerações, desde o fundador, com um total de 52 membros, que se intitulam quilombolas, em estado de consideração pela Fundação Cultural Palmares. A família ocupa uma pequena parcela da área total que ocupavam quando da fixação de Florentino naquele lugar. Devido a uma disputa da posse com a Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, mais precisamente com o 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, houve uma redução do terreno.

Estando as comunidades quilombolas urbanas inseridas em problemas próprios desse meio, numa malha complexa e heterogênea, emergem entre outros assuntos o fenômeno de discriminação social, da identidade étnica, cultural. Muitas vezes surgem desafeições religiosas, por frequentarem religiões como umbanda, e também por terem características de não se integrarem aos estilos de vida urbanos.

Esta dissertação aborda as relações entre a família Nogueira, que se autoafirma quilombola, e a modernidade no seu aspecto mais vivo, ou seja, urbanização. O estudo teve o intuito de compreender as nuances no contexto de formação da comunidade, bem como sua trajetória ao longo dos anos. A partir da pesquisa, da observação e da convivência com esta família, foi possível conhecer suas raízes, sua formação, identidade e, de forma geral, como a modernidade influenciou seu modo de vida.

## Capítulo 1. Pressupostos de pesquisa

Foram muitas as mudanças que ocorreram por longo tempo no Quilombo dos Nogueira. A morte dos patriarcas, a crise da sua forma de produção e de reprodução social, seu estilo de convivência e trabalho frente aos agentes sociais e, principalmente, a disputa com a PMMG.

As discussões propostas neste estudo, de cunho sociológico e antropológico, visam compreender as transformações dessa comunidade. Nesta perspectiva é necessária a análise do seu percurso temporal de transformações, às quais, segundo Arendt (2000), a modernidade influencia diretamente: seja na vida política, biológica e nas condições de sobrevivência e trabalho.

A abordagem temporal da história dos Nogueira permite apreender a trajetória vivida e torna possível compreender a nova conformação da família autoafirmada quilombola em relação às mudanças a que seus membros foram expostos. Para O'Dwyer (2002) essa investigação fornece subsídios para produzir certo conhecimento que, ao determinar o lugar do indivíduo em seu grupo no universo social, pode revelar-lhes identidades, por eles próprios desconhecidas.

Neste aspecto é importante considerar também a abordagem de Elias (1990): no qual assinala que a experiência social, na modernidade, pode ser influenciada por diversos fatores. Conforme os indivíduos percebem e modificam seus comportamentos mediante as transformações por que passam ou por influência de processos evolutivos ou mesmo da modernidade, o contexto social pode mudar constantemente. Como aponta o autor,

“(...) a civilização que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós estamos envolvidos.” (ELIAS, 1990, p.73)

Observa-se assim que pode ser abrupta a chegada da modernização trazida pela cidade e seus novos habitantes, que trazem juntos novos valores, marcadamente econômicos, acarretando impactos econômicos e socioculturais que ao longo do tempo incidirão de forma direta na subsistência dos grupos não integrados, e que dizem respeito ao patrimônio imaterial dessas comunidades.

A pesquisa sobre as consequências da modernidade nos costumes de vida é importante para estabelecer um parâmetro mais claro das raízes e dos costumes que se constituem ainda na construção cultural e identitária das populações urbanas, mesmo quando os efeitos da modernidade permeiam e conflitam com sua evolução histórica.

Nesse prisma é imprescindível a compreensão da modernidade às lentes de Arendt (2000), que a entende como a desagregação do mundo tradicional, ou seja, a restrição ou eliminação da esfera pública de ação e discurso em favor do mundo privado da introspecção e da busca privada de interesses econômicos. A autora considera, ainda, a modernidade como a era da administração burocrática e do trabalho anônimo, da dominação da elite e da manipulação da opinião pública.

Considera-se importante destacar ainda que a modernidade, na concepção dessa autora, representa a emergência da homogeneidade e da conformidade pelo isolamento e solidão que erodem a solidariedade humana e as formas espontâneas de convivência, reduzindo os sujeitos a indivíduos. E, principalmente, os sujeitos, tendo perdido suas normas e valores tradicionais, devem procurar novos motivos para dar valor à comunidade humana.

Nesta ótica, a modernidade pode ser caracterizada como uma ordem que ao romper com as práticas e preceitos estabelecidos pela tradição, estimulam o cultivo das potencialidades individuais e oferece aos indivíduos uma identidade dinâmica, com novos desafios suscitados para a vida humana.

Com o intuito de estudar as transformações no cenário do Quilombo dos Nogueira, esta dissertação foi desenvolvida a partir de pesquisa inspirada em técnicas etnográficas de cunho exploratória e descritiva, voltada para a importância e caracterização da área em estudo, adotando a observação ordinária do espaço ocupado, isto é, compreendendo aspectos demográficos, sociais, culturais, econômicos e organizacionais da comunidade.

A escolha da metodologia desta pesquisa apoia-se no estudo de Minayo (2010). Para tal, adotou-se a metodologia qualitativa, na forma de um estudo de caso etnográfico, com uso da cartografia social no Quilombo dos Nogueiras. Os instrumentos utilizados foram a entrevista, vivência, observação, pesquisa documental e a revisão de literatura em artigos e livros especializados.

Segundo Malinowski (1978, p.18):

um trabalho etnográfico só terá valor científico se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica.

Nesse contexto também cabe o paralelo com os estudos de Geertz (2003) dentro do corte de interpretação da cultura, sobretudo nas interpretações das contribuições trazidas acerca da participação da cultura na evolução da construção do ser humano, dentro das sociedades. Partindo dessa linha de pensamento de Geertz (2003) investigou-se a conexão entre cultura como exemplos complexos de conduta, como um conjunto de mecanismo de controle.

Conforme citaram Sampieri e outros (2006) “os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta a análise”. Neste contexto, Samperi e outros (2006, p. 101) afirmam que

do ponto de vista científico, descrever é coletar dados (para os pesquisadores quantitativos, medir; para os qualitativos coletar informações). (...) Assim como os estudos exploratórios se interessam fundamentalmente em descobrir e pré-figurar, os descritivos se centram em coletar dados que mostrem um evento, uma comunidade, um fenômeno, feito, contexto ou situação que ocorre. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 102).

Segundo Malinowski (1976, apud Maranhão et al., 2012), para que seja realizada uma boa etnografia, o pesquisador não precisa estar cheio de ideias preconcebidas, porém entende-se que se faz necessário um conhecimento científico prévio do conteúdo a ser pesquisado. A pessoa quando parte para uma expedição deve ter a capacidade de levantar o maior número de problemas e não ter a incapacidade de mudar seus pontos de vistas (MARANHÃO et al., 2012).

Além da pesquisa inspirada em técnicas etnográficas, foi lançado mão da cartografia social, onde sua abrangência e suas abordagens vão além de simples mapeamento de espaços, tornando-se instrumentos de resistências de grupos historicamente invisibilizados pela cartografia produzida exclusivamente pelos cartógrafos e geógrafos, denominada de cartografia oficial. A cartografia social é vista como a construção coletiva que aproxima, em uma mesma categoria de importância, pesquisadores e agentes sociais mapeados.

A cartografia social, para Almeida (2013),

não deve se limitar a meros critérios geográficos, pois seus mapas representam produtos de relações sociais, não sendo exatamente temáticos. Assim a cartografia social não funciona meramente a um zoneamento ecológico, que distingue ecossistemas e biomas, propiciando uma visualização das características físicas do mundo através de levantamentos planimétricos, altimétricos e quejandos (ALMEIDA, 2013, p. 167).

Os princípios da cartografia social desenvolvida nessa dissertação, teve como base empírica a comunidade do quilombo dos Nogueira. Os principais resultados obtidos apontam que o envolvimento comunitário na construção coletiva de mapas georreferenciados visando à utilização do local e ocupação espacial do território, possibilitou a incorporação e a tradução do saber local para um saber científico. Além disso, demonstrou que trabalhos que contemplem processos participativos envolvem também a confiança mútua entre pesquisador e pesquisados.

Outro ponto interessante observado na cartografia social foi que a sensação de fazer parte do grupo, ser um deles, e a identidade com o local se fizeram presentes na representação dos mapas elaborados pela comunidade. Dessa forma, quando a tecnologia é dominada apenas pelo responsável pela elaboração dos mapas, a comunidade não se vê como parte da representação, sentindo-se alheia quanto ao acesso à informação que gerou a própria imagem. Por meio dos princípios de mapeamento participativo propostos pela inserção da cartografia social como metodologia da preparação dos mapas, observou-se que é possível aos participantes preparar um mapa participativo georreferenciado (MILAGRES, 2015, p.1).

Através da cartografia social, nos dizeres de Almeida (2009), citado por Milagres e Rodrigues (2017) a elaboração de “mapas participativos” torna-se adequada para se ponderar o conteúdo simbólico coevo na identidade dos indivíduos, colocando um meio de construção de metodologias e uso de tecnologias que assinala para uma investida cartográfica mais participativa, onde grupos apresentam condições de se autocartografarem.

A entrevista também foi outro instrumento utilizado nessa pesquisa. A escolha pela entrevista para fazer a coleta de dados deveu-se, de acordo com Gil (2008), a ser este um dos principais recursos que o investigador pode utilizar-se como técnica de coleta de informação.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p. 109).

Nessa ótica, observa-se que a técnica de entrevista em pesquisas sociais permite a aquisição de informações úteis relacionadas a diversas facetas da vida social de um sujeito ou objeto. Este é bem competente quando a meta é obter dados acerca de um comportamento do sujeito em profundidade. As informações advindas da entrevista são sustentáveis a classificação e de quantificação, e análise profunda, quando a pesquisa tem este caráter (GIL, 2008).

Sendo uma das mais flexíveis técnicas de coleta de dados nas ciências sociais, durante a pesquisa foi lançada mão da entrevista informal que é recomendada nos estudos exploratórios e visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, e da entrevista semi-estruturada que segundo Gil (2008) parte questionamentos elementares, amparados em teorias e hipóteses, que interessam o estudo, e que ao mesmo tempo, contribuem para um campo de interrogativas mais amplas, fruto de futuras novas hipóteses que surgem à medida que a técnica vai sendo empregada na pesquisa.

Durante as entrevistas, alguns nomes foram excluídos e/ou modificados para proteger a privacidade dos entrevistados.

Assim, a dissertação foi organizada de maneira a explicitar não somente a origem da comunidade dos Nogueira, mas também como ela se organizou, como se deu a ocupação do seu território, o desenvolvimento da sua identidade, manejo da terra em que vivia, expressão da sua cultura, ritos religiosos e reprodução da sua ancestralidade quilombola.

Dessa forma, a pesquisa permeou as temáticas da territorialidade e da identidade, procurando entender de que forma se relacionam com a modernidade os diversos aspectos da vida dos membros do Quilombo dos Nogueira. Foi importante igualmente analisar as transformações nas concepções de identidade, estabelecimento no espaço geográfico e social, a partir do rompimento com uma ordem supostamente tradicional.

A escolha do tema se deu pela junção de duas experiências. A primeira refere-se à formação inicial do pesquisador na área de informática, que se deu em 1990. Na condição de professor de informática por 18 anos, foi possível perceber as mudanças socioculturais e socioeconômicas causadas pelo rápido avanço das tecnologias de informação e, por consequência, da transformação de aspectos da vida social.

A segunda foi quando, em 2010, quando o pesquisador já se transformara em professor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, foi convidado a produzir material didático para os cursos na área de Educação na Diversidade e Cidadania - Diversidade na Educação Brasileira promovido pelo MEC, e igualmente convidado a participar da equipe de coordenação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro – NEAB. Nessa percepção do mundo da tecnologia que vinha fazendo a transformação social e dos estudos étnicos, surgiu a ideia de estudar os efeitos da modernidade sobre as comunidades tradicionais, no caso, os quilombos.

Após ter visitado muitos quilombos na região norte mineira, surgiu o quilombo dos Nogueira, então em abril de 2016. Sendo apresentado às lideranças do quilombo, o pesquisador foi acolhido e recebeu todo apoio para o desenvolvimento da pesquisa. Em maio de 2016, mergulhado na pesquisa de campo com duração de 10 meses num total de aproximadamente 800 horas de pesquisa, obteve-se a oportunidade de vivenciar muitas experiências dentro do quilombo, local em que foi construída toda pesquisa com a ajuda de seus membros, apresentada nesta dissertação, afirmando que os laços criados com os Nogueira durante a pesquisa se fortaleceram e permaneceram.

Convém evidenciar também que os depoimentos encontrados nesse texto se referem tanto às histórias pessoais dos Nogueira relatadas em pesquisas de campo, quanto à história coletiva da comunidade em torno do território. Dessa maneira serão apresentados os resultados do estudo realizado com os integrantes da supracitada, que se autodefinem quilombolas, de forma a compreender seu modo de vida, cultura e relações sociais frente aos efeitos da modernidade.

A seguir serão abordadas, considerações sobre modernidade, relações sociais e o quilombo, o processo histórico do Quilombo dos Nogueira, bem como os aspectos relacionados à urbanização e à contemporaneidade. Além disso, frente ao sentido de pertencimento que dá o sentido de coletividade ao grupo, serão analisadas as suas relações com base na teoria que Durkheim (2008) sobre solidariedade mecânica, que emergiu com a modernidade, tangenciando a solidariedade orgânica, que afetou suas revelações culturais, vislumbrando na nova dinâmica social posta.

Essas considerações buscam balizar o estudo das consequências da modernidade em uma comunidade quilombola urbana de Montes Claros, que permite observar a modificação do cenário sociocultural com o advento da cidade, sobretudo em decorrência

dos processos sociais vividos com a modernização da economia brasileira e particularmente montesclarenses a partir da década de 1960 (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2000). Mediante estudo etnográfico percebe-se que os efeitos da modernização marcam não somente a evolução histórica da comunidade, como interfere no arranjo territorial deste quilombo.

No segundo capítulo desta dissertação se abordará o olhar do quilombo, a modernidade e sua influência nas relações sociais do quilombo. No terceiro capítulo será abordado o Quilombo dos Nogueira, sua história, estabelecimento em Montes Claros e sua matriz cultural. Já no quarto capítulo serão analisados aspectos contemporâneos da comunidade em suas relações com a modernidade. Nas considerações finais é feita uma sistematização sobre o quilombo e o processo de evolução dos Nogueira ao longo dos anos.

## Capítulo 2. Um olhar sobre o quilombo

### 2.1. Interfaces da modernidade

As ciências sociais animam debates diversos, entre os quais se destacam discussão sobre modernidade. Segundo Paixão et al. (2004) o conceito de modernidade começou ser elevado à partir da estabilização do capitalismo no mundo, que se deu no século XVIII, neste contexto, o empreendedorismo, momentaneidade e diligência transformaram-se modo de vida dos indivíduos. Na vida do homem moderno há diferentes transformações sociais e culturais, estas ocorrem o tempo todo, por isso a variável tempo-espço é observada. Algumas coisas mudam, outras não outras se transformam. O debate teórico acerca do início do período moderno e sua distinção ainda é assunto para pesquisadores.

Giddens (1991) citado por Araújo (2007) assinala que o início da era moderna associou-se ao surgimento do Iluminismo Europeu, desencadeado pela descoberta do Novo Mundo, o Renascimento e a Reforma nos séculos XV e XVI, a partir desse ponto, seu desenvolvimento se deu com as Ciências Naturais no século XVII, e seu ápice político se deu nas revoluções do século XVIII e pós Revolução Industrial, finalizando no início do século XX (Giddens, 1991, apud Araújo, 2007, p.26).

As características da modernidade tem sido alvo de estudo do autor acima citado, que adverte que o pensamento da sociologia clássica, cujo foco se dá na ação social presente, não imaginara o quanto mutável estaria presente no cenário moderno. Neste sentido, faz-se necessário uma nova linha de pensamento teórica, que vislumbre a complexidade da sociedade atual. Nesta direção romper com bases teóricas anteriores é necessário. As novas teorias tem que considerar o caráter mutável, globalizado e conectado da modernidade. Alguns elementos avançam no tempo-espço mais que os outros, e a reflexividade também caracterizam a radicalização da modernidade.

Acredita-se que no tempo contemporâneo vive-se a radicalização da modernidade, ou seja, um tempo em que o modo de vida começado no século XVII chegou ao seu auge, e que suas consequências colocam a humanidade diante de dois fenômenos: uma época caracterizada por incertezas manufaturadas, de um lado e, reflexividade, de outro. As

práticas sociais modernas se renovam com frequência alta e contínua, influenciado pelas tecnologias da informação e comunicação, globalização e disseminação da comunicação.

Nesse aspecto, análises sobre a modernidade, frente às diversas faces que a tangenciam, incidem como uma tarefa complexa. Para se compreender a era moderna é necessário se dispor a pensar o ser humano sob uma ótica diferente dos períodos anteriores, bem como suas ações no mundo após o final do século XIX e início do século XX. Nessa ótica, também são confirmadas as transformações a que foram exibidas as comunidades tradicionais, especialmente a indígena e a quilombola. A modernidade tem características específicas em relação a outras épocas ou eras, ela caracteriza-se por mudanças contínuas e perenes. Tais mudanças impactam sobre as culturas e ações sociais.

Nesse contexto, observa-se que a contemporaneidade é um processo contínuo de transformações do tempo e do espaço que impactaram sobre comunidades tradicionais, aqui especificando as quilombolas, pois muitas delas que ficavam distantes dos meios urbanos, passaram a se encontrar em valorizadas áreas urbanas, como é o caso do Quilombo Sacopan, que fica numa das áreas mais nobres da cidade do Rio de Janeiro, à beira da Lagoa Rodrigo de Freitas, um dos espaços mais valorizados e um dos mais conhecidos cartões postais do Brasil (CARNEIRO, 2008).

Barth (2000), citado por O'Dwyer (2007), argumenta que:

[...] os critérios e sinais de identificação implicam na persistência dos grupos étnicos, e em um arcabouço de interação, a qual admite reproduzir as diferenças culturais ao “isolar” alguns segmentos da cultura de admissíveis comparações e, ao mesmo tempo, sua interação em outros setores (BARTH, 2000, apud O'Dwyer, 2007, p. 2).

A modernidade trás riscos para a vida cotidiana do homem. Estes tendem a estarem ligadas a uma série de fatores que abarcam a ação do homem no meio ambiente, social e cultural em que vive, onde o pensamento dominante é o lucro, a produção acelerada, características próprias do capitalismo moderno. Este pensamento moderno influencia também mudança de hábitos e comportamento de comunidades e culturas. As mudanças culturais, econômicas, políticas, e comportamentais da sociedade, incidiram e influenciam as relações institucionais e sociais, construções culturais e entre outras manifestações do mundo social que se arquitetou durante o período que se denominou de tempo atual (BAUMAN, 2001). Neste cenário tem-se ainda o fenômeno mundial da

globalização. O conhecimento, desenvolvimento científico e tecnológico, permitiu a diminuição das fronteiras, mas também animou alterações sociais e da relação do homem com o meio.

A modernidade trás mudanças para a vida do homem no campo e na cidade, assim sendo, as comunidades tradicionais não ficaram fora deste movimento. Neste novo contexto, a forma de produção é alterada, bem como os meios de comercialização. Com a era industrial a cultura da roça ganha uma nova organização. De modo particular, o campo, como diz Palmeira (1989), sofre alterações drásticas. A propriedade tornou mais usada, por sua vez a diferença social entre os habitantes do campo aumentaram, bem como, a mão de obra, muitas vezes, pouco qualificada e barata. Com este movimento, comunidades menores foram sendo “massacradas”, piorando a qualidade de vida do homem do campo.

Deste modo nota-se que regiões fundidas a partir de quilombos tendem a enfrentar concorrência pesada no campo, visto que suas aparências estruturais são insuficientes perante a modernização das grandes propriedades (SILVA, 2010).

À exemplo de conflitos fundiários há as comunidades quilombolas do Sapê do Norte, localizadas no estado Espírito Santo, instauradas a partir da última metade do século XX, quando se instalou na região um complexo agroindustrial de exportação de pasta celulósica que, para ser alimentado, necessitou de plantios extensos de eucalipto, chegando, só no Espírito Santo a mais de 136 mil hectares (BARBOSA, 2003).

Assim, a base cultural e social do povo do interior sofreu alterações enormes. O povo rural teve que buscar novas perspectivas de trabalho, ocorrendo de vir para as grandes cidades, tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As comunidades quilombolas tem o reflexo desta ação. Muitos vieram para a cidade grande em busca de subsistência e ali prestaram diversos tipos de ocupações que vão desde empregada doméstica à pião de obras e colheitas. Com essas alterações da estrutura social, o amparo familiar foi substituída pela anomia social (LIMA; TUBALDINI, 2009).

O desenvolvimento no campo dos transportes, comunicação, tecnologia da informação, mudanças de paradigmas e relações físicas, fortalecimento do comércio internacional, dentre outros adventos, contribuíram sobremaneira para evolução da

própria modernidade “a globalização tanto divide como une; divide enquanto une” (BAUMAN, 1999, p.8).

As relações sociais também merecem destaque, assim, como sinaliza Colombo (2012) o homem que passou por lutas sociais e históricas, ora sem muita dignidade e acolhida, torna-se livre, podendo escolher livramento seu credo. Neste contexto o homem é um ser ativo, criador de sua história, dono do seu destino.

Assim, pode-se dizer que os abismos sociais se fortaleceram e subjugaram as relações sociais e uma nova formação social mediante os efeitos da modernidade e dos novos arranjos que ela ditou para os sujeitos. Nesse diapasão, Bauman (2001), acrescenta a influência do fenômeno da modernidade líquida. Se outrora a sociedade que se considerava moderna era rígida e marcada por amarras sociais e ideológicas, a sociedade moderna de hoje é líquida, desapegada de ideologias e promessas. Ressalta-se ainda que o consumismo gera danos ao ser humano, leva à compulsão, isolamento afetivo e a individualidade.

Esse fenômeno interfere na organização não somente das relações sociais com no modo de vida, sobretudo das comunidades tradicionais. Ao se ver diante de uma nova ordem econômica, cultural e social, de alguma forma, a necessidade de estabelecer uma relação com o mundo moderno, as portas se abrem para o seu efeito não somente sobre suas relações, mas também sobre costumes e tradição.

Faria e Gonçalves (2016) assinala que muitas transformações, quando produzidas em conjunto, desencadeiam processos de mudanças perenes e marcantes, não apenas para a economia do campo, mas ainda para o estilo de vida, cultura e desenvolvimento social. Nesta perspectiva, Paula et al. (2006), citado por Faria e Gonçalves (2016) orienta que a mudança do campo para a cidade dos habitantes de comunidades tradicionais quilombolas tende a proporcionar o desenraizamento das tradições destes povos. Este movimento de descentralização, próprio da modernidade, tende a gerar insegurança para as comunidades quilombolas, uma vez que rompe com tradições e costumes locais, conduzindo perda de identidade e referencial. A cultura fica fragmentada, é rompida regionalmente.

Diante disso, diversas outras mudanças culturais e descobertas no campo da ciência e da filosofia influenciaram os novos rumos da humanidade, com base num

pensamento científico e racional. Assim, os avanços tecnológicos foram impulsionados por esta nova ordem no campo do conhecimento, bem como pela valorização do trabalho produtivo e cada vez mais especializado (ORTEGA, 2008).

Nesta circunstância Bauman (2001) assinala o surgimento da era moderna, modernismo, modernização. Esta primeira face é considerada sólida pelo autor, uma vez que havia fixidez no convívio cotidiano entre os indivíduos tanto na esfera social quanto institucional. O sentimento de pertencimento e nacionalismo é marcante na era moderna.

Segundo dados da Unimontes (2015), na comunidade quilombola mineira de Bom Jardim da Prata, situada entre os rios Acari e Pardo, na margem esquerda do rio São Francisco, em frente à cidade de São Francisco, Minas Gerais, observa-se que a mais importante dimensão desse domínio na vida social desses quilombolas é o vínculo de pertencimento ao espaço territorial onde coexistem centenas de famílias que se unem entre si por relações de parentesco, compadrio, fraternidade, solidariedade e etnicidade.

Com o passar do tempo há o rompimento dos moldes tradicionais, base sólida, e entra em discussão uma nova fase moderna onde foram reconfigurado nova linha de pensamento no mundo contemporâneo, conhecida como base líquida. Esse segundo momento encarado por Bauman (2001) como modernidade “líquida”, também é entendida como “pós-modernidade”. Para alguns autores renomados esse fenômeno é tão significativo que define uma transição das relações sociais marcadas por uma conduta “leve”, reflexiva, fluida. Assim há uma quebra de modelo, um novo paradigma sociocultural no qual é iniciado. Aqui, uma identidade fixa dá lugar à multiplicidade. Partindo deste princípio em cada ambiente/contexto a pessoa se apresenta de forma impar, por exemplo, no trabalho age de um jeito, no bar com os amigos de outra, em casa com esposa e filhos de outra, e assim por diante.

Um dos primeiros pontos característicos da modernidade segundo Arendt (2000) como fator que contribuiu para a perda de interesse no mundo comum e a submersão dos espaços públicos e privados.

[...] a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional (ARENDR, 2000, p. 37).

De acordo com a autora, a estrutura política do estado nacional, quando tem características comuns serem membros de família grande, concedeu que o processo da vida formasse o seu próprio domínio público. A história atual apresenta um homem voltado para dentro de si mesmo, introduzindo a insanidade como forma de se relacionar com o mundo.

Desde sempre comunidades culturais tradicionais vinculadas a quilombo tem sofrido impactos diversos em sua cultura, economia e modo de vida. A modernidade trás melhorias; por outro lado, rompe com a identidade do povo quilombola. O estilo de vida do homem quilombola é agredido pelo homem da cidade, esta troca de informação e cultura proporciona troca de conhecimentos, por outro lado rompe com tradições, pois na maioria das vezes a aproximação não ocorre de forma apropriada e justa. No aspecto econômico, entre outros fatores, em função da sistematização e industrialização do campo, o quilombola tem novo estilo de vida e trabalho. No campo é sabido que a produção precisa ser maior e mais rápida, este também, em muitos casos, optam por ir em direção à cidade, e acabam ocupando trabalhos que não exigem muita qualificação, como, serviços domésticos e de produção, cuja mão de obra é também mais barata. Todos estes aspectos geram mudança não só na rotina do cidadão de quilombo, mas também, sobretudo, no estilo de vida, desenvolvimento social e as suas tradições.

Um olhar crítico sobre os efeitos da modernidade na vida do quilombola é trivial, uma vez que esta funciona como elemento formador cultural e social. Comunidades tradicionais são influenciadas ora de modo positivo, outrora de forma negativa por forças externas, impactado, sobretudo pelas tecnologias da informação e comunicação, bem como pela globalização. A modernidade exige adaptação no uso destas tecnologias e suas mudanças (FARIA; GONÇALVES, 2016). É possível viver o moderno, sem se esquecer do passado e das tradições.

## **2.2. Cultura: transmissão e transformação**

Ao se tratar de cultura, concepções diferentes são discutidas entre os estudiosos, às quais se pode destacar a humanista e a antropológica. No que se refere à concepção humanista valoriza-se as atividades humanas e culturais em sentido amplo, de forma seletiva em sua essência em detrimento de aspectos não culturais. Já a concepção

antropológica possui característica não seletiva considerando o aspecto total da vida humana em determinada sociedade (COSTA, 2011).

A cultura, com base na antropologia moderna, é considerada por vários estudiosos como uma das principais tendências para o entendimento da cultura humana desde o século XIX. Segundo Costa (2011), estudiosos como Edward Burnett Tylor, Lewis Henry Morgan, Franz Boas e Emile Durkheim, cada um a seu modo, trata a cultura como expressão geral do ser humano, compartilhada em sociedade. Ao considerar a expressão do conhecimento de um povo, suas crenças, hábitos, suas leis e sua arte no amplo âmbito etnográfico é possível conhecer a cultura de uma sociedade.

Sob uma perspectiva contemporânea da cultura em sua concepção antropológica destaca-se a abordagem de Geertz (2001, p.5), em que a cultura é “um sistema de concepções expressas herdadas em formas simbólicas, por meio das quais o homem comunica, perpetua e desenvolve seu conhecimento sobre atitudes para a vida”.

Essa expressão de estrutura cultural herdada e transmitida pode ser vista, por exemplo, na comunidade de Conceição das Crioulas, uma das comunidades negras existentes no estado de Pernambuco, localizada no sertão pernambucano, onde seus aspectos socioculturais apontam para elementos constituidores de uma comunidade de identidade diferenciada, ou seja, uma comunidade tradicional quilombola (O'DWYER, 2002).

Influenciada por Geertz, a análise atual de cultura baseia-se na interpretação dos significados, numa avaliação das conjecturas, de forma a inferir sobre a manifestação de um povo e não a descoberta do continente dos significados e o mapeamento da sua paisagem incorpórea. Sendo assim, contempla-se o caráter interpretativo da cultura à luz da antropologia em estudo semiótico (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Geertz (1978) citado por Costa (2011), a cultura parte de uma significação, não é uma ciência experimentalista, mas interpretativa. Daí, o sentido de territorialidade se aflora. A cultura, inclusive quilombola, é um complexo de coisas e acontecimentos diversos, é algo complexo. Busca significações e sentido. Ao longo dos anos é certo que a cultura de vários povos tradicionais vem sofrendo uma série de alterações em função do processo de modernização social. Observa-se em muitos

quilombos o uso de telefones, internet, luz elétrica, gás entre outras tecnologias. Tais aspectos não desvaloriza a cultura do quilombo, mas trás novas significações e valor.

A globalização provoca intensas mudanças no contexto social e cultural das comunidades remanescentes de quilombo, o que não implica na destruição cultural das mesmas, mas sim, em uma nova forma de organização. Existe um processo de troca cultural, pois esta não é um conceito inerte, mas híbrida e diacronicamente mutável (FARIA; GONÇALVES, 2016).

Quando se fala em cultura de quilombo, elementos como territorialidade e território, são inerentes à cultura de um povo. Segundo Laraia (2009), no sentido amplo etnográfico, a cultura é todo um emaranhado complexo que inclui arte, conhecimentos, crenças, lei, moral, costume ou qualquer outra capacidade ou habilidade. Costa (2011) acredita que cultura pode ser analisada sobre pontos de vista intelectual e reflexivo.

De acordo com suas proposições:

Esse processo envolve uma série de entendimentos comuns, refletidos na representação de valores, símbolos e significados entre as pessoas que, de alguma forma, dividem ou mantêm algum tipo de convívio, possibilitando a transmissão desses elementos e assim a perpetuação às novas gerações. O certo é que são várias as abordagens em torno da cultura, com diferentes correntes de pensamento. As definições trazem ideias, ideologias, pensamentos, valores, costumes, crenças, entre vários outros conteúdos de significados variáveis, de acordo com o enfoque dado (COSTA, 2011, p.35)

Faria e Gonçalves (2016) assinalam que a cultura não pode ser vista como algo ou coisa particular, mas sempre pública. Por isso a importância dela ser cultivada e disseminada ao longo das gerações. Ela é construída em um determinado contexto, regada de significado e significância.

O Brasil apresenta uma cultura miscigenada, com influências étnica e culturais distintas que se fundem. Assim o nosso conceito de cultura é diversificado e amplo, não há, na maioria das vezes, uma cultura pura, mas diversificada. Esta característica da cultura Brasileira se dá em função da formação do nosso estado ou nação. O país desde a sua gênese sofreu influência de diversos povos, com destaque para Portugueses e Africanos (FARIA; GONÇALVES, 2016).

A cultura enquanto estrutura é fundamental para compreensão de grupos que convivem em determinados espaços, pois são nas culturas que se originam ações e interpretações, assim como as modificações originadas em consequência do tempo pela

modernidade. O Brasil é um dos lugares com maior mosaico cultural do mundo, onde se descarta a forte presença africana (MUNANGA, 2002).

O reflexo da contemporaneidade é a modernização, que em geral é associada ao individualismo, que conseqüentemente substitui gradativamente as relações mais pessoais das sociedades tradicionais. Assim, através da divisão do trabalho, onde o indivíduo vende sua força de trabalho assalariado para o sustento da família, baliza o desmembramento da vida social em comunidade, onde essa comunidade perde lugar para o contrato capitalista.

Permanecem relatos de casos vivenciados pelas comunidades Kalunga nos povoados de Vão de Alma, Vão do Moleque, Engenho e Diadema. Esses povoados goianos estão localizados próximos aos municípios de Teresina de Goiás e Cavalcante, onde a prestação de serviços nas grandes fazendas próximas ao território Kalunga e a migração para as cidades vizinhas e grandes centros, como Brasília e Goiânia tem se apresentado comuns em décadas recentes, fruto da derrota de terras tomadas por grileiros e posseiros, fato que causa um crescente processo de empobrecimento cultural dos grupos (Avelar e Paula, 2003).

Segundo Haesbaert (2007), na mesma abordagem da região, a territorialidade igualmente admite múltiplas grandezas. Esta incorpora em si uma dimensão política, cultural e econômica. Relaciona intimamente ao modo de vida dos habitantes de uma dada população, que com o passar do tempo vai dando significado ao meio em que vive, no caso das comunidades remanentes, o quilombo. Assim como a modernidade modifica e/ou interfere na cultura do campo, nas comunidades quilombolas, acontece que há relação e troca entre as próprias culturas modernas. Tal fenômeno proporciona trocas de informações, geração de conhecimentos novos e progresso.

Constata-se então que a identidade da comunidade quilombola Kalunga vem sofrendo uma espécie de dinâmica identitária, transpondo as fronteiras do grupo cultural na qual está colocada. Por meio do intercâmbio entre o vivido e o aprendido vem sendo gradualmente edificada em meio aos novos elos que a comunidade agrega (OLIVERA, 2017).

Sobre essa questão, Hall (2006) afirma que o problema que estas comunidades quilombolas modernas encaram com as mudanças estruturais e institucionais se constitui

no “isolamento cultural”, onde a intercâmbio do indivíduo com a sociedade implica sua identidade. Mas este é formado e alterado num diálogo ininterrupto com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos se propõem.

Desse modo, através da cultura o ser humano pode se adaptar ao meio que vive e conseqüentemente ter uma melhor convivência consigo e com o outro. O indivíduo pode transformar o seu meio social em que vive, bem como, modificar-se a si mesmo. A cultura é um dos fatores que fazem chaves de território. A cultura modela o território, ela funciona aqui no Brasil como um lindo mosaico. Os elementos sociais advindos da cultura são manifestados por meio do território, no presente trabalho representado pelos quilombos.

Assim os fatos inovadores nascem e evoluem numa reprodução espontânea e despercebida dos agentes culturais, e na maioria das vezes só percebidos na análise extrínseca dos agentes nela envolvidos (HONÓRIO, 2017).

### **2.3. Comunidades remanescentes de quilombos**

Estudos apontam que o conceito dado a quilombo não é linear. Moura (2006) proporciona uma conceituação abrangente e contemporânea de quilombo, no qual se institui como conglomerado de pessoas negras, cujo modo de vida é rural, com predominância de descendentes africanos. Estas comunidades possuem história e origem culturais semelhantes. A maioria dos quilombos sobrevive da subsistência e permuta. O seu território é formado a partir de terras advindas de doações, compradas ou ocupadas. A cultura quilombola dá valor as tradições dos seus antepassados, sendo ligada ou não a religião. A consciência ética deste povo é marcante, e possuem normas explícitas.

Existe uma variedade grande de significado para definir o termo quilombo na tradição popular brasileira. Alguns textos associa este termo a um lugar, onde “quilombo era um estabelecimento singular”. Outros conteúdos, todavia, aponta para povo ou população que vive num determinado território, ou seja, “as várias etnias que o compõem”, ou mesmo, a manifestações culturais populares, como por exemplo: “festas de rua”, até mesmo, conflitos, como grandes confusões, ou, a algum tipo de envolvimento social e relação de “uma união” (LOPES; SIQUEIRA; NASCIMENTO, 1987).

As comunidades de quilombo ao longo dos anos foram formadas com base cultural e histórica e suas origens foram atendidas. Neste contexto, Almeida (1989), assinala que tal processo foi distinto, numa progressão mais territorial, ganhando fama com o codinome de “terra de preto”. Não se pode deixar de citar a participação de latifúndios rurais de pequenas propriedades com auxílio de pequenos agricultores do campo negros.

O conceito de “terra de preto” faz menção às extensões territoriais cujo domínio era da população negra no passado, representada pelos quilombos da era da mineração em Minas. Tal território desde o século dezessete ficou separado, isolado, montando procedimentos e regras que garantiam uma apropriação comum do espaço (ALMEIDA, 1989).

As comunidades quilombolas do presente nutrem-se da mesma fonte que as do passado. O povo mantém a tradição e identidade etnocultural. O território também passa por processo semelhante, uma vez que mantém a mesma lógica do passado (FARIA; GONÇALVES, 2016).

Frente à realidade dos quilombos contemporâneos rurais e urbanos, Nascimento (1985), ao definir quilombo, expôs que as formas de resistência do negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. No Brasil, poderemos citar uma lista destes movimentos que no âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo, que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a própria história do homem negro no nosso país (NASCIMENTO, 1985).

Em termos legais, a Constituição Federal Brasileira (CFB), nos artigos 68 e 216, garantem a proteção aos quilombos, isso inclui o território e a territorialidade do povo. De acordo com o artigo 68 da CFB, é conferido direito à propriedade quilombola, as terras ocupadas desde o século dezessete ainda que específicas da comunidade quilombola. O estado deve assim conferir aos proprietários destes espaços títulos de donos.

O Decreto de número 4.887 regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por

remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Transitórias, já supracitado (BRASIL, 2003).

Essa regulamentação e certificação das terras das comunidades quilombolas são feita pela Fundação Cultural Palmares (PCP) que segue os procedimentos definidos na portaria FCP nº 98 de 2007 (BRASIL, 2007). A área certificada deverá ser submetida a um laudo antropológico, que dá origem ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), sendo que esse procedimento vale tanto para os quilombos rurais quanto para os urbanos.

Informações divulgadas pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES, 2007, p.1) apontam que há comunidades quilombolas em muitos estados Brasileiros, a saber: Alagoas, Espírito Santo, Amazonas, Amapá, Ceará, Bahia, Pernambuco, Goiás, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Paraná, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Paraíba, e Minas Gerais.

Conforme informações fornecidas pela Comissão Pró-Índio do Estado de SP, o nosso país apresenta mais de 16.000 locais quilombolas, sendo que Minas Gerais se destaca neste cenário. A cultura quilombola é bem disseminada em Minas, a comunidade espalhada em cerca de 150 municípios é de aproximadamente 400 quilombos. O maior conglomerado de habitantes concentra-se nas regiões do Norte e Nordeste do estado, com destaque para o Vale do Jequitinhonha, onde a sua maioria vivem no campo (CPISP, 2015).

De acordo com Paula et al. (2006), no Norte de Minas os quilombos compreende a Bacia do Rio São Francisco, que talha algumas regiões mineiras. A mesma autora, afirma que no período inicial de formação e povoamento do território conhecido como região norte de Minas havia disponibilidade de terras livres e a região observava a expansão da pecuária bovina extensiva. Aliado a isso a agricultura também se fortalecia, principalmente com plantações de gêneros alimentícios. Por volta do século XVIII, a região começou a viver um período de crise por estar fora do ciclo do ouro e se ocupar em suprir as necessidades agrícolas das regiões de mineração. Mas na segunda metade do século iniciou-se a produção algodoeira, mantendo também a agricultura familiar, cultivo e plantio, cultura de subsistência, que em sua maioria eram camponeses e trabalhadores do campo (PAULA et al., 2006).

O campo sofreu ao longo dos últimos anos transformações sociais e culturais em virtude da modernidade e modernização do meio rural, neste processo as comunidades quilombolas também passaram por mudanças, houve inserção de novas tecnologias e culturas. O campo tornou-se mais competitivo, em função da necessidade de plantio e colheita para subsistência e lucro. Neste contexto observa-se a luta pelo território e desvalorização do trabalho braçal (FARIA; GONÇALVES, 2016). Todavia, mesmo em meio a estas transformações, a cultura e a identidade dos quilombolas, analisando-se numa perspectiva ampla, tem sido preservada.

Não obstante as comunidades rurais, as comunidades urbanas de quilombos também se inserem em meio aos enigmas dos espaços urbanos, sobrecarregados de complexidade e da heterogeneidade que permeiam a vida na cidade. Ademais, seus territórios geralmente estão localizados e se vinculam nas periferias, em espaços marginalizados e segregados. Nessa visão, os quilombos urbanos certamente se configuram como grupos sociais de resistência a um sistema de exclusão (CHAGAS, 2001).

Os quilombos urbanos são ambientes individualizados etnicamente por ter sua gênese a partir de grupos identitários que buscam a autoridade de sua identidade e a segurança jurídica de seu direito à propriedade, na tentativa do rompimento do ciclo da segregação espacial e social. Se referindo de diferenciação, os quilombos urbanos também vivenciam o local em outras óticas de produção e reprodução social e do trabalho, diferente do olhar que atribui ao território como lugar necessariamente e prioritariamente do trabalho ou da produção econômica como fator de agregação da comunidade e da subsistência (MARQUES; SIMIÃO; SAMPAIO, 2012).

Nesta direção, o aporte necessário para se observar os espaços negros urbanos se deu através das teorias de Raffestin (1993) que confirma o espaço do qual os grupos étnicos se apropriam “concreta ou abstratamente pela representação”. Na perspectiva deste autor, refere-se a “um território visto e/ou vivido”, “um local de relações” e, enfim, “o espaço que se tornou uma relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 144-147).

Os quilombos urbanos estão em meio a um contexto de muitas culturas. Assim demarcam sua identidade através do estabelecimento de critérios étnicos, haja vista que suas relações muitas vezes esboçam tensões frente a outros grupos sociais, tensões essas

típicas comunidades que sempre viveram em perigo eminente dos riscos de desapropriação, desterritorialização e dissolução. Nesta lógica, pensar a conservação e a preservação cultural é de suma importância, bem como garantir qualidade de vida para o homem, independente de seu habitat. É preciso evoluir sem negligenciar o singular e o coletivo.

Conforme Faria e Gonçalves (2016) é necessário observar que os efeitos do capitalismo, com o advento da era moderna, trás efeitos socioeconômicos (produção em larga escala, mecanização da produção, acumulação de bens e capital...) para as comunidades remanentes de quilombo, uma vez que há alteração na sua forma natural de vida e trabalho, que nem sempre assegura o direito do homem, sua cultura e a diversidade. Faz-se necessário pensar sobre a lógica da preservação e sustentabilidade, voltada para a promoção do homem e sua cultura, com respeito à dignidade da pessoa humana (FARIA; GONÇALVES, 2016, p. 10).

## **2.4. Cultura e Território**

O território é onde o homem vive, no caso dos quilombolas, o quilombo é o seu território. Este termo refere tanto a lugar, quanto à significação e sentido que o espaço confere ao seu povo. O desenvolvimento do território se dá em função do uso da terra e dos significados a ela conferidos pelos seus membros, sejam eles imateriais ou materiais, que diz respeito também a lugar físico, lugar onde se constroem as moradias, que faz o cultivo da terra, planta e colhe. O território é a base do homem, ali se desenvolve sua cultura e seu etilo de vida (SANTOS, 2008).

Segundo Raffestin (1993), citado Faria e Gonçalves (2016) o conceito de território é também entendido como sistemas de ações e de objetos. Nesta perspectiva nota-se que aqui se localiza a mesma aplicação no conceito de espaço cultivado por Santos (2008), que ainda que cultivados de modos diferentes, são compostos da mesma essência: território perpassa por espaço físico e ambiente de significação.

Haesbaert (2007) assinala que no contexto de cultura e populações tradicionais, território e/ou territorialidade são uns dos temas mais discutidos em pesquisas acadêmicas e científicas na contemporaneidade. O autor entende que trabalhar com esta temática requer um olhar holístico e diversificado, pois o conceito de território é complexo e

polissêmico. Envolve relações e interações diversas no contexto econômico, social, biológico e cultural simbólico. Faz parte de um arcabouço sociocultural amplo, diversificado e complexo. Envolve relações históricas e simbólicas de poder de apropriação, dominação (não necessariamente político) e de espaço físico.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" - "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) - como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante (HAESBAERT, 2007, p. 23).

Já na óptica de Risso (2014, p.313), território “demanda uma direção de apropriação, não somente material e política, mas imaterial e simbólica”. Nesse contexto, convém afirmar que não se deve olhar para a comunidade com um olhar engessado, pois ali estão os sujeitos da sua própria história, em meio a diversas relações de poder, localizadas em um território cultural rico de simbologias imateriais e materiais.

Assim os territórios de comunidades tradicionais, dentre elas as quilombolas, admitem um caráter composto de elementos materiais e imateriais, históricos e imaginários, composto por memórias individuais e coletivas.

Nesse contexto, o território das comunidades quilombolas é o espaço das experiências vividas, onde as relações também são permeadas pelos simbolismos, pelos sentimentos, das relações homens com o meio ambiente, o que lhe garante sua identidade sociocultural, peça essencial para sua compreensão.

Almeida (1989) expressa que a relação entre identidade e território é tão forte que toda identidade implica numa territorialização, assim como a territorialização permite a permanência indenitária (COSTA & COSTA, 2008, apud ITABORAHY, 2010, p.7).

Isso leva a compreender que para a população das comunidades tradicionais quilombolas, os territórios abrangem muito mais que uma simples relação de área de domínio. Para eles a terra possui significados divergentes da prática mercantil capitalista, traz engendrada em si um repertório de lugares de importância afetiva, simbólica e política, próprios do grupo, que permite a manutenção dos costumes e da cultura que lhes são peculiares.

Segundo Haesbaert (2007), um entendimento análogo a território, é a territorialidade, que igualmente admite múltiplas faces, com um viés mais político, sem deixar de lado o aspecto cultural e econômico. Territorialidade tem seu conceito fundado na relação humana, no modo como os indivíduos vivem, se organizam, usam a terra e o espaço. Envolve ainda a compressão que o homem dá ao lugar onde habita.

Saquet (2007) delibera territorialidade como as relações diárias momentâneas, entre os indivíduos e a natureza orgânica e inorgânica, necessários para a sobrevivência, é o acontecer do dia a dia, ou seja, o cotidiano produzindo o território. Assim entende por territorialidade as manifestações sociais cultivadas dentro do território.

Para Little (2004), a territorialidade é mostrada como a coragem coletiva de uma sociedade ou agrupamento cuja função é usar, controlar, e se identificar como uma parte específica do seu ambiente biofísico, convertendo-se então em seu território. Observa-se assim que a territorialidade tem uma função trivial na composição dos grupos sociais, em função de suas particularidades culturais e seu contingente histórico de processos político-sociais.

Assim, segundo as apropriações vivenciadas nos territórios, suas configurações e transformações ao longo do tempo e contexto, o processo de territorialidade se faz e constrói novas relações e identidades sobre seus sujeitos. Evidenciando que dentro do espaço territorial, pode-se afirmar que os atores principais das transformações sociais dentro do território são as relações sociais.

Tendo como foco as comunidades tradicionais quilombolas, perante esses significados é possível visualizar que o fato de que um território surge diretamente dos comportamentos de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para ponderar o território de grupos diversos quaisquer, logo, precisa-se de uma investida histórica que trata do contexto específico em que apareceu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (LITTLE, 2004).

Santos (2008) afirma que lugares, regiões, espaços, paisagens e territórios são conceitos produzidos pelas relações sociais humanas, inclusive essas que por muitas vezes são responsáveis por criar território multifacetado. Comprova-se desse modo que a territorialidade é o meio de construção da identidade étnica quilombola, a fim de garantir

o seguimento de seus valores e modo de vida. Para o autor o conceito de territorialidade não provém da simples circunstância de um povo viver num determinado lugar, mas da comunhão deste povo, das relações que a população mantém.

Nesta perspectiva, Gusmão (1999) evidencia que o negro faz parte de uma terra singular, uma terra que possui e da qual é possuído. Sua história nela se inscreve e ele próprio, enquanto negro, nele a terra encontra-se inscrito. Sua relação com a terra é centrada em lendas ritos, mitos e fatos. Memórias que contam a sua saga revelam a sua origem e desvendam, além da própria trajetória, a vida em seu movimento. É poder contar com uma terra para a qual sempre se volta, porque é aí seu lugar.

Em sentido semelhante Raffestin (1993) assinala que a territorialidade precisa ser compreendida como multidimensional e intrínseca à vida em sociedade. Entende-se assim que não seria plausível um acordo de território e de identidade sem a concreticidade da territorialidade, pois este acontece de forma a confirmar com a dinamicidade dos mesmos. Avaliando as teorias norteadoras entre identidade, território, e territorialidade, Raffestin (1993), observa que o território ganha uma identidade, não em si mesmo, mas na coletividade de quem nele vive e produz, num processo dinâmico e algumas vezes dialético. De fato pode-se perceber que o território muda em função da territorialidade e vice versa, assumindo um conjunto de relações que se causam num sistema de três dimensões: espaço-sociedade-tempo.

## Capítulo 3. Os Nogueira

### 3.1. Espaço territorial

Segundo informações do IBGE (2010) o município de Montes Claros possui clima tropical e em sua maioria é coberto por um tipo de vegetação própria do cerrado. A região encontra-se na bacia do alto médio São Francisco. Quanto ao seu espaço geográfico e territorial, sua área total abrange 3.568,941 km<sup>2</sup>, refugiando uma população total de mais de 361.915 habitantes.

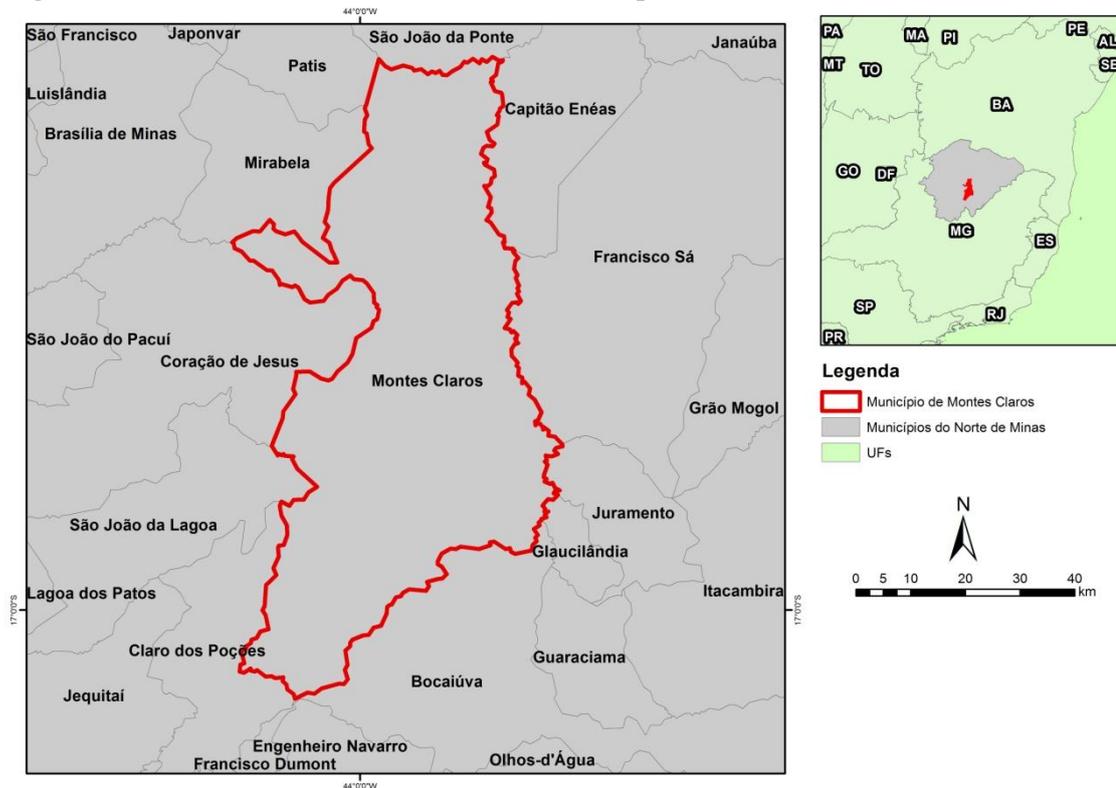
Neste sentido, o Censo 2010 aponta que desta população de 361.915 habitantes, cerca de 344430 (94%) vive na zona urbana e 17488 (6%) na zona rural. Desse modo, a cidade de Montes Claros é a 6ª cidade mineira em população. Sua densidade demográfica é 101,41 habitantes/km<sup>2</sup>.

Dados do IBGE (2010) também mostram que a população total da cidade elevou-se de 72,4 mil habitantes em 1950 para 352,4 mil em meados de 2007, concebendo assim desenvolvimento em torno de 375% neste período. Observa-se que de 2007 para 2010 o crescimento de Montes Claros foi cerca de 2,8%. O maior aumento registrado aconteceu entre os anos de 1950 e 1960, quando o crescimento da população total chegou a 83% em uma década.

Segundo IBGE (2010), a economia da cidade é diversificada em função de suas atividades industriais, agropecuárias e de prestação de serviços. O setor terciário da economia local ganha destaque, sua predominância é evidenciada, com seus diversos segmentos de comércio e prestação de serviços de toda a natureza, especialmente nas áreas de saúde e educação. Em segundo lugar, destaca-se o setor secundário da economia, formando por suas indústrias de grande e médio porte, bem como unidades produtivas de pequenas e microempresas.

A região mencionada aqui encontra-se no norte de Minas Gerais. “De acordo com dados do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), situa-se na latitude 16° 43’ 41” e sua longitude é 43° 51’ 54” sendo a altitude da cidade de 638 metros. A figura 1 mostra a localização do município de Montes Claros e os municípios circunvizinhos (BRASIL, 2009; UNIMONTES, 2017).

Figura 1: A cidade de Montes Claros e os municípios circunvizinhos.



Fonte: Laboratório de Georeferenciamento da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (2017).

Nesse contexto de urbanidade, os Nogueira, descendentes de Florentino José Nogueira encontram-se estabelecidos no Bairro Camilo Prates, zona sul da cidade de Montes Claros. Eles constituem uma organização social baseada no parentesco com três gerações desde o fundador, totalizando 52 membros, como visto na Figura 4 (Anexo) da árvore genealógica dos Nogueira.

### 3.2. Processo histórico

Segundo relato de seus filhos, Florentino Nogueira, neto de escravizados, não se submeteu ao mandonismo ainda vigente na época da sua juventude. Sendo assim, a se ver obrigado a unir-se em casamento com a filha do “patrão”, rebelou-se e se dispôs à própria sorte, fugindo da fazenda em que moravam com seus pais, irmãos e avó em São José da Varginha, interior de Minas Gerais e foi “tentar a vida” em Belo Horizonte, onde se fixou na casa de um tio e começou a trabalhar em uma fábrica de doces.

É possível perceber que décadas depois da abolição, mesmo que veladamente, a opressão ainda ditava as regras, em que o “fazendeiro”, antigo “senhor de escravos” determinava a organização social e estabelecia o comportamento dos seus antigos escravos e descendentes, ora “funcionários”, na qual Florentino não queria ser subjugado, e como forma de liberdade resolveu fugir, assim, observa-se que a liberdade liga-se caracteristicamente como um objeto-valor que permite lhe garantir ao sujeito autonomia.

Vê-se aí então o início do processo de uma edificação de identidade, processo esse formatado de modo dialético a algumas regras culturais e sociais, onde o homem interage com o meio e com os outros, e a partir daí vai se moldando.

A partir desses pressupostos pode-se entender que a identidade vem de uma dialética que perpassa o indivíduo e sociedade, num intercâmbio cultural, pois mesmo que o homem reconheça-se imerso em determinada sociedade, é necessário uma resposta social a essa inserção.

Assim, Munanga (2002), ao escrever sobre identidade destaca que

(...) a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc (MUNANGA, 2002, p. 177-178).

Observando também o conjunto de aspectos da individualidade, pode-se entender neles o significado de identidade, uma vez que tais aspectos caracterizam um sujeito considerando, contudo as suas relações sociais. Como expõe Gomes (2005):

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares, tradições populares e referências civilizatórias que marcam a condição humana (GOMES, 2005, p. 41).

Depois de um tempo, conforme narram seus descendentes, motivado pelo desejo de se tornar militar, Florentino, que até então não possuía registro civil ou sobrenome, registrou a si e os seus irmãos com o sobrenome Nogueira. Para se inscrever em um concurso aberto para Polícia Militar de Minas Gerais, arrancou todos os dentes, colocou dentadura para poder se apresentar no Batalhão de Polícia onde fez a sua inscrição. Após ser selecionado tomou posse como soldado e deu início a sua carreira militar.

Nos início dos anos 1960, Florentino José Nogueira então cabo da Polícia Militar de Minas Gerais transferiu-se de Belo Horizonte para Montes Claros, dado o processo de transformação do Pelotão de Polícia Militar existente nesta cidade como Batalhão.

Ao chegar a Montes Claros se instalou com sua família, incluindo sua esposa Maria Dias Nogueira (conhecida como Dona Clara), numa casa na Vila Guilhermina. Pouco tempo depois, percebendo que a PMMG necessitava de tijolos para a construção do 10º Batalhão, Florentino, que sabia fazer tijolos, fez uma proposta ao comandante da época, Cel. José Geraldo, que o mesmo comprasse um terreno para ele produzir tijolos para a construção do batalhão (Figuras 5 e 6 em anexo, certidão de compra e venda do território). A partir daí se tornaria proprietário desse terreno através da produção. Como narra Noêmia Nogueira (filha de Florentino):

Em 1969 o então comandante da PMMG em Montes Claros, o Cel. José Geraldo pediu a nosso pai Florentino que encontrasse um terreno para a produção de tijolos para a construção do 10º Batalhão da PM, que o fez. E o Cel. José Geraldo realizou a compra do mesmo, cuja propriedade era do Sr. José Camilo e de sua esposa, a Sra. Maria José. Porém houve um acordo verbal entre nosso pai e o Cel. José Geraldo, que ele iria tomar posse do terreno e pagaria o mesmo para a PMMG através da produção dos tijolos e ainda a produção de porcos para o coronel (Noêmia Nogueira, filha do fundador do quilombo, entrevistada em: 10/2016).

Esse assunto foi narrado também pela Senhora Maria de Lourdes (70 anos), vizinha dos Nogueira e neta do Sr. João Grama (proprietário inicial do terreno):

Conheço a família há aproximadamente 45 anos. Inicialmente toda a área, incluindo o terreno dos Nogueiras, era uma fazenda pertencente ao Sr. João Grama, meu avô. Com sua morte em 1959, os filhos resolveram dividir o terreno. Meu pai, o Sr. José Camilo, vendeu o terreno onde mora os Nogueiras para a PM, daí a PM trouxe Florentino para trabalhar no terreno. Não sei da relação ou trato de Florentino com a PM, só via a produção de tijolos. Além da produção de tijolos, a família ainda produzia alimentos e tinha criações (Maria de Lourdes Silva Soares, vizinha do quilombo, entrevistada em: 03/2017).

Esse fato também é narrado por alguns militares colegas de Florentino, cujo nome foi pedido para ser omitido:

Pelo que sei o vínculo de Florentino com o terreno é que ele trabalhava e morava no terreno. Desde 1975 já conhecia Florentino e sua família no terreno. Pelo que sei, o terreno era para a produção de tijolos para a construção do 10º Batalhão da PM, onde o comandante era o Cel. José Geraldo (Senhor X - 2º sargento reformado, colega de polícia do fundador do quilombo, entrevistado em: 03/2017).

Florentino mudou-se sozinho para o terreno, mas em 1970 toda família se transferiu para lá, sendo D. Clara e seus filhos, dos mais velhos aos mais novos, respectivamente: Joana Aparecida Nogueira, Antônio José Nogueira, Noêmia das

Mercedes Nogueira, Lourenço Pedro Nogueira, João Florentino Nogueira, Florentino Lourenço Nogueira, Florisvaldo José Nogueira, Jair Tomé Nogueira, Sebastiana Clarinda Nogueira, Jorge José Nogueira e Armindo Vieira Célio, filho adotivo ou “de criação” – conhecido como Neguinho.

Armindo conta:

Vim de Bocaiúva-MG aos 9 anos de idade e hoje tenho 60 anos. Conheci a família Nogueira quando os mesmos moravam na Vila Guilhermina entre 1964 e 1968. Eu sou filho de militar, e como Florentino também era militar, nossas famílias se conheceram. Meus pais viviam de aluguel, daí Florentino nos arrumou um terreno para morar, para podermos nos livrar do aluguel, arrumou com o Comandante do Batalhão da PM da época, onde Florentino já produzia tijolos no local (Armindo Vieira Célio – Neguinho, filho de criação do fundador do quilombo, entrevistado em: 09/2016)

A mudança inicial foi muito difícil, pois não havia saneamento e energia elétrica, os alimentos eram feitos em fogão a lenha. Viveram assim por aproximadamente 12 anos. Além dos tijolos, eles produziam para subsistência verduras, arroz, milho, mandioca feijão e hortaliças, sendo toda produção exclusivamente colhida no terreno para o sustento da família. Havia apenas uma única renda fixa, que era o salário de militar do Florentino, como narra a Noêmia:

Em 1970 toda a família mudou-se definitivamente para o terreno. No início a vida lá era muito difícil, não tínhamos condições básicas de vida, sem água, luz e saneamento básico. Cozinhávamos a lenha, vivendo assim por aproximadamente 12 anos (Noêmia Nogueira, filha do fundador do quilombo, entrevistada em: 10/2016).

Assim também afirmou Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho de Florentino:

A PM ofereceu o terreno a base de troca para que meu pai Florentino fabricasse tijolos para a construção do 10º Batalhão. Quando vim para o terreno, tinha aproximadamente 10 anos de idade, com o intuito de ajudar o meu pai na produção de tijolos. As primeiras relações com o terreno era o plantio, principalmente de arroz (Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho do fundador do quilombo, entrevistado em: 02/2017).

Como citado, as condições iniciais do terreno eram muito precárias (Figura 7, no Anexo) e em 1964 a área ao redor era totalmente rural. Mas a família sempre apareceu disposta a trabalhar junta para conquistar a posse definitiva do território. Essas condições foram afirmadas por vários membros da família:

No início, nominalmente o terreno era do Estado. Assim, a PM cedeu o mesmo para Florentino em troca da produção de tijolos para a construção do 10º Batalhão da PM em Montes Claros, dizendo o então comandante da polícia da época que o terreno seria pago por Florentino com a produção de tijolos. Mas isso foi um acordo somente verbal, não havendo documentos que comprovassem. Quando vim para o terreno o local não tinha nada, era tudo

matagal. Entre o ano de 1970 e 1971 Florentino se instalou no terreno com a família, iniciando plantações e criatório de porcos, paralelamente ao seu serviço de militar que também era a produção de tijolos no local. Isso se estendeu até 1979 onde foi suspensa a produção de tijolos, ficando somente a engorda de porcos (Armino Vieira Célio – Neguinho, filho de criação do fundador do quilombo, entrevistado em: 09/2016).

Levando em conta a história dos Nogueira, em relação ao terreno, pode-se observar que, ao cultivarem a terra, a família exteriorizou o saber derivado das práticas tradicionais (Figura 8, manejo de terra por Neguinho). Os meios de produção, que por sua vez envolvem técnicas agrícolas, formas de manejo do solo, assim como as formas de plantio, legitimaram a criação de uma relação da comunidade com o ambiente em que está inserida, a partir do desenvolvimento de técnicas conservacionistas e utilização racional dos recursos naturais. Isso também propicia a conservação da biodiversidade, para utilização das gerações futuras (SILVA; FERRAZ, 2012).

Nesse contexto Weber (1997) assegura que a identidade étnica não se encontra associada unicamente a atributos culturais, mas também ao processo político e social de formação da comunidade. Igualmente, não somente sua especificidade étnica, mas a afinidade com a terra, o estabelecimento de suas fronteiras simbólicas, sua mobilização política, a construção da sua história coletiva, admitem suas expressões culturais e garantem sua identidade com a delimitação da pertinência comum.

Como aborda, O'Dwyer (2002), os quilombos existentes no Brasil provém de um estabelecimento espacial associado ao sentimento de pertencimento ao local geográfico que permite a reprodução cultural dos advindos de quilombo. Isso elucida a constituição simbólica inicial, que culmina em uma teia de relações sociais, materiais, econômicas e culturais adjuntos a um território unificado e uma organização social e política dos quilombolas.

Revel (1989) citado por O'Dwyer (2007) definiu que:

Quilombo, ou remanescente de quilombo, é um termo usado para conferir direitos territoriais, e admite que “através de vários acostamentos, desenhar uma cartografia original na atualidade, reinventando novas figuras do social” (REVEL, 1989, p.7, apud O'DWYER, 2007, p.1).

Ascelrad (2010) defende que a metodologia de cartografia social é uma escolha que serve para cunhar um conhecimento global acerca do território por parte do local e impulsioná-la para a transformação social, em que técnico e comunidade produzam um mapa com suas visões acerca da realidade. O autor ainda afirma que elaborar uma

cartografia participativa constitui em realizar uma reflexão comunitária entorno dos problemas territoriais e da gestão dos recursos naturais.

Com base nessa abordagem metodológica, foi alcançada uma atividade de cartografia social com os membros dos Nogueira, como mostra a Figura 9 (Anexo). Para Almeida (2010), no que pertence à cartografia social, não se trata de um mapeamento impositivo, todavia de um processo de constituição conjunta.

Na atividade de cartografia social os quilombolas mapearam o seu território no passado e também no presente (Figuras 10 e 11 da atividade de cartografia social), onde foi possível compreender o processo de produção da família tempos depois, e também o processo de expropriação efetivado por parte da PMMG.

O depoimento mostra como era o viver da família no passado:

Quando vim para o terreno, tinha aproximadamente 10 anos de idade, com o intuito de ajudar o meu pai na produção de tijolos. As primeiras relações com o terreno era o plantio, principalmente de arroz. O sustento era retirado do salário de militar do meu pai e do plantio no terreno, onde a produção era exclusivamente para o sustento da família. A única relação comercial existente era do salário de militar de meu pai e a fabricação de tijolos para venda à comunidade (Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho do fundador do quilombo, entrevistado em: 02/2017).

Nessa perspectiva, deve-se considerar a cartografia social como uma técnica participativa capaz de promover a participação comunitária na elaboração do mapa e também uma aliança entre o saber técnico e conhecimento local na coleta de informações durante o processo de investigação.

Nesse caso, configura-se diretamente a aplicação do Decreto de número 4.887, cujo objetivo é regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2003).

A questão exposta em relação aos Nogueira não gira em torno somente do direito à terra, com garantias constitucionais, mas tange a expressão das suas relações em um universo social (BARTH, 2000, apud O'DWYER, 2007).

A história coletiva bem como a seleção das lembranças e entendimento do passado está ligada a uma identidade do grupo étnico com direitos específicos, como é o caso dos quilombos, reconhecidos e definidos por legislação própria. Assim, o passado

coletivo passa a ser resignificado e reconhecido externamente, mesmo que os moldes da sua historiografia não reproduzam fielmente os formatos de quilombos tais como o de Palmares, mas que por sua vez retratem a identidade étnica, cultural, política e social de comunidades tradicionais (MARQUES, 2012).

Neste âmbito, contempla-se não somente a identidade histórica de um povo, mas a sua representatividade. O que nos permite entender essa relação nos Nogueira, pois durante as entrevistas com a família de Florentino foi possível perceber essa realidade.

### 3.3. Matriz Cultural

Segundo relato de familiares toda família Nogueira veio de uma raiz cultural e religiosa umbandista, raízes essas trazidas por D. Clara e abraçado por Florentino, por intermédio da mesma (Figura 12 no Anexo mostra o interior do terreiro de Umbanda dos Nogueira).

A nossa família vêm de uma raiz umbandista, raízes essas trazidas pela nossa mãe D. Clara e abraçada pelo nosso pai Florentino por intermédio da mesma. A lagoa sempre foi utilizada como território sagrado das práticas umbandistas. Essa cultura foi passada para toda família e persiste até hoje. (Noêmia Nogueira, filha do fundador do quilombo, entrevistada em: 11/2016).

O terreiro localizado no território da família é considerado como patrimônio da comunidade remanescente de quilombo. Lá são realizados os ritos religiosos umbandistas, religião à qual grande parte da família professa.

Assim os relatos dos membros da família Nogueira revelam sua especificidade cultural e definem suas fronteiras simbólicas, alegando sua identidade cultural que se configura também pelo conjunto das relações sociais do grupo, delimitando sua pertença comum e arquitetando um patrimônio simbólico historicamente compartilhado entre seus membros. Como se vê no depoimento a seguir:

Fui iniciado no Umbandismo pelo meu pai, e logo senti a necessidade de ali estar (Wagner Wesley Nogueira, neto de Florentino, filho de Jair Nogueira, entrevistado em: 04/2017).

Através desses relatos pode-se atingir que o culto umbandista foi sendo passado entre gerações dos Nogueira. Essa herança material e cultural confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico.

A declaração cultural e religiosa mostra-se intimamente ligada ao território. O espaço geográfico permite o culto e prática dos rituais umbandistas reproduzidos e passados de geração para geração da família dos Nogueira. No entremeio da territorialidade, os costumes perpassam ao longo das gerações entrelaçando sua cultura ao seu território, o Quilombo dos Nogueira.

Essas falas fornecem elementos necessários para descrever e decifrar a formação das identidades étnicas dos Nogueira, autorizando apreender as construções identitárias, e os aprendizados culturais, costumes e territorialidades especiais.

Como explicita O'Dwyer (2005),

Nesse sentido, poder-se-ia conceber que comunidades originárias de quilombos mantivessem propriedades sociais e culturais herdadas, de modo praticamente contínuo, tanto no tempo, como no espaço, e as variações, passíveis de serem descritas a partir de situações de contato. (O'DWYER, 2005, p. 93).

Pode-se também perceber que, para os Nogueira, a identidade étnica se dá através do sentimento de fazer parte do grupo/local, e esse sentimento está conectado ao território em que habitam. Dessa maneira, o território se torna essencial à reprodução identitária da comunidade e a identidade quilombola se constrói sempre na relação com seu território. (SANTOS, 2008, p.26).

O templo de umbanda (Figuras 13 e 14) é dirigido por Jair Nogueira, o pai de santo responsável pelo local, um dos filhos de Florentino. Vale ressaltar que o templo também é frequentado pela comunidade que reconhece e participa da expressão religiosa no quilombo. No trato com as oferendas, a tarefa é feita sempre pelo dirigente do terreiro. Isso permite fazer uma avaliação histórico-cultural da comunidade, a partir de seus próprios códigos, a partir dos códigos internos da sua cultura, permitindo identificar as histórias de vida como meio metodológico para correlacionar tempo biográfico e tempo histórico, trajetórias coletivas e individuais relacionadas ao sistema de crença, que aparece a edificação da ancestralidade mítica como foco de produção simbólica de suas origens.

Nesse sentido Ferreira (2014) citado por Haesbaert (2007) complementa que o território é dotado de uma “carga cultural”, que se refere de modo particular tanto em poder num sentido mais concreto, de dominação, quanto num sentido mais simbólico, de apropriação do espaço por um grupo social, dessa forma entende-se que o território é base histórica, cultural e de sustentação.

(...) o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (FERREIRA, 2014, apud HAESBAERT, 2007, p. 95-96).

No terreno da família Nogueira existe uma lagoa (Figura 15), que sempre foi sinônimo de conservacionismo, mas também faz parte do patrimônio cultural da comunidade quilombola, visto que sua utilização permite inclusive sua expressão religiosa. Esta lagoa é considerada como um território sagrado para prática dos rituais umbandistas (Figura 16).

Essa cultura foi passada para toda família e persiste, com apenas uma exceção, do filho Antônio José Nogueira e sua família que se tornaram evangélicos, e construíram seu templo dentro do território da comunidade dos Nogueira, que é pivô de muito conflito entre os demais.

Nessa parcela de dicotomia cultural O'Dwyer (2007) explicita:

Assim, a partir de Barth (1969), as diferenças culturais adquirem um elemento étnico não como modo de vida exclusivo e tipicamente característico de um grupo, mas quando as diferenças culturais são percebidas como importantes e socialmente relevantes para os próprios atores sociais (BARTH, 1969, apud O'DWYER, 2007, p.5).

O'Dwyer (2007), também sugere na perspectiva de Wolf (1987):

Nesse sentido, poder-se-ia conceber que comunidades originárias de quilombos mantivessem propriedades sociais e culturais herdadas, de modo praticamente contínuo, tanto no tempo, como no espaço, e as variações, passíveis de serem descritas a partir de situações de contato (WOLF, 1987, apud O'DWYER, 2007, p. 3).

Nesse contexto o território dos Nogueira pode ser entendido como resultante de elementos étnicos que se externalizam nas relações construída com e no território, alocado também à reinvenção de elementos étnico-culturais que governam a vida e dão significado de pertencimento ao lugar.

Compreende-se também que a terra na condição de território étnico, tem certificado a eles, ao longo do tempo, o sentimento de pertença, de identidade, a um lugar e a um grupo, a posse coletiva e o desenvolvimento coletivo.

A especificidade do modo de vida dos Nogueira demonstra existirem elementos comuns ao universo quilombola, e ao mesmo tempo, existem elementos que os diferenciam pela qualidade étnica e trageticamente particular. Pode-se assegurar que a identidade quilombola se deposita diretamente no interior do campo étnico e ao mesmo tempo se resolve num campo de relações políticas e sociais.

Desse modo, O'Dwyer (2002) sugere que o território incorpora as projeções simbólicas à medida que o homem preenche com suas vivências, com suas afetividades, e o organiza segundo suas tipologias culturais.

Assim, os Nogueira, mesmo com novas ramificações e intercâmbios culturais com outras comunidades grupais, vem ao longo do tempo resguardando suas raízes e seu sentimento de pertencimento à cultura quilombola.

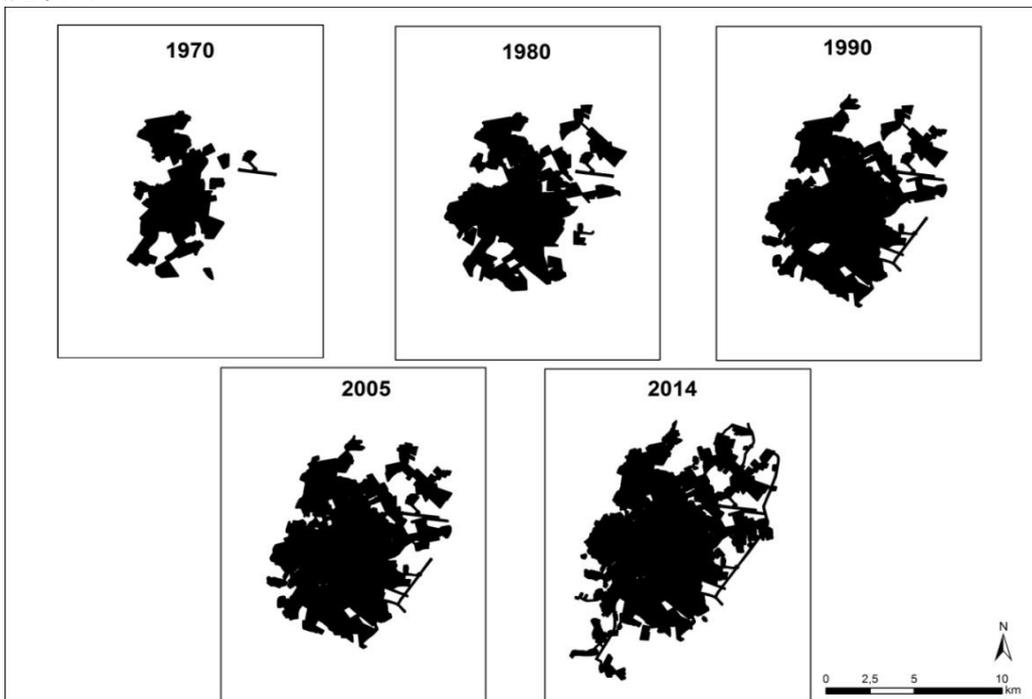
## Capítulo 4. Os Nogueira e a modernidade

### 4.1. A expansão da cidade

Montes Claros conheceu um processo de crescimento e alargamento urbano pós a década de 1970, de modo que incidiu a assumir uma posição de centralidade intra e interurbana, confirmando-se como o núcleo urbano mais expressivo da região em que se insere o norte de Minas Gerais (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2000; FRANÇA; SOARES, 2007).

Como uma cidade de médio porte, Montes Claros cresceu e se desenvolveu correspondendo a uma dinâmica intensa de trocas e fluxos de produtos diversos, capitais e utilização de terra. Dessa forma, a região caracteriza-se por transformar lugares e deslocar atividades. Averigua-se ainda que ao longo dos anos, a área voltada para a cidade de Montes Claros, meio urbano, se expandiu gradualmente, como mostra a Figura 2, que compara a alargamento da mancha urbana da cidade entre os anos de 1970 a 2014.

Figura 2: Expansão da mancha urbana da cidade de Montes Claros entre os anos de 1970 a 2014.



Fonte: Laboratório de Georeferenciamento da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (2017).

O intenso processo de urbanização decorrente dos fluxos imigratórios, iniciado também na década de 1970, e a expansão territorial urbana decorrente deste movimento contribuíram para que Montes Claros se consolidasse como centro polarizador da região norte-mineira (BARBOSA, 1995).

Montes Claros desde seu nascimento sofreu diversas transformações, especialmente, demográficas, econômicas, e políticas. Acerca do seu desenvolvimento Barbosa (1995), considera que:

A história de Montes Claros deve ser dividida em três partes principais: a 1ª vai até a inauguração da estação ferroviária, em 1º de setembro de 1926; como ponta de trilhos, Montes Claros tomou, a partir daquela data, extraordinário impulso, passando a funcionar como verdadeiro centro da importante região. Essa segunda fase prolongou-se até a instalação da SUDENE que, a princípio, não despertou o interesse dos mineiros; mas, em seguida, criou, em Montes Claros, legítimo polo de convergência de todos os municípios do Norte de Minas. A transformação que, desde então, se operou, em Montes Claros, foi qualquer coisa de impressionante (BARBOSA, 1995, p.210).

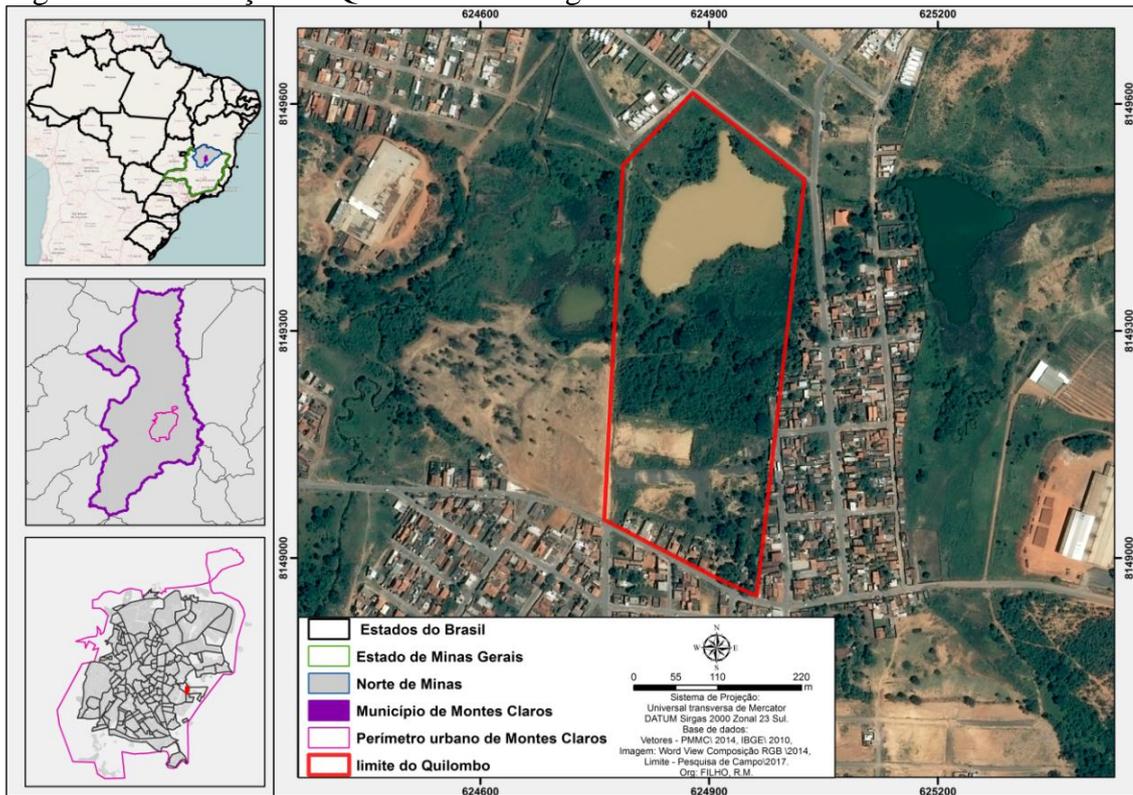
Nesta linha de raciocínio, o autor argumenta que em decorrência da implantação das indústrias, nas décadas de 1970 e 1980, e depois com a diversificação dos serviços e comércio, a região passou por um rápido e intenso processo de expansão territorial.

Nesta circunstância, o autor acima citado, esclarece que ocorreu por diversos fatores, dentre: o aumento da demanda por moradas geradas pelo aumento populacional; o surgimento de novas formas de morar por meio da expansão dos loteamentos que se dá geralmente por mecanismos especulativos; as transformações nas áreas centrais que fomentou crescimento acentuado na concentração de atividades e a disponibilidade de serviços da cidade.

Pós década de 1980, com o surgimento de novos bairros a cidade se horizontalizou, denotando uma rápida expansão da área construída. Esse período é marcado por intensa especulação imobiliária, com loteamentos implantados de forma aleatória sem obedecer às políticas de controle urbanístico, nem de proteção ambiental (FRANÇA; SOARES, 2017, p. 53).

Neste contexto, de crescimento da malha urbana, a cidade encompassou as terras de Florentino Nogueira e, ultimamente, distintos bairros encontram-se em seus limites, como pode ser observado na Figura 3, que mostra a localização do quilombo em relação ao perímetro urbano de Montes Claros. A exemplo, temos o Quilombo de Mangueiras em Belo Horizonte, onde segundo o Núcleo de Estudos sobre Quilombos e Populações Tradicionais – NuQ/UFMG, a cidade também encompassou seu território, cuja tradição de vida era rural e passou a levar um estilo de vida “urbano”.

Figura 3: Localização do Quilombo dos Nogueira.



Fonte: Laboratório de Georeferenciamento da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (2017).

Dessa maneira, os Nogueira deixaram de ser uma comunidade rural para se tornarem uma comunidade urbana. Assim, ao fazer referência aos Nogueira como quilombo urbano, refere-se também a um grupo que em meio a um contexto urbano multicultural, demarca sua identidade mobilizando critérios étnicos. Assim, cabe a definição weberiana de grupo étnico enquanto aqueles que compartilham uma crença subjetiva em origens presumidamente comuns, costumes que a distinguem de destinos comuns (WEBER, 1997).

O quilombo urbano pode ser identificado de vários meios, mas o fundamental é a identificação territorial para a formação da identidade local. A área da frente do território dos Nogueira é murada em todo seu entorno (Figura 17 no anexo). Percebe-se então que o rural não está isolado do urbano, assim como o urbano nunca está isolado do rural, no problema de separar os termos, denominamos “rurbano” – a mescla entre rural e urbano.

Nessa vertente, Wanderley (1997) citado por Oliveira (2016) assinala que o termo rural brasileiro refere-se “à cidade como sua periferia espacial precária, sendo política,

econômica e socialmente dependente dela. O meio rural configura-se no espaço da precariedade social” (WANDERLEY, 1997, apud OLIVEIRA, 2016, p. 219).

Essas alterações se tornam claras no apontamento dos membros da região:

A evolução da cidade para junto do território, que veio trazendo luz elétrica e água encanada, começaram também os saques às plantações da família, fato esse que nos motivou a parada das grandes plantações e reservando uma pequena parte do terreno a plantação de hortas (Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho do fundador do quilombo, entrevistado em: 02/2017).

Diante do exposto, pode-se observar que os Nogueira sofrem os impactos culturais, sociais, e ambientais da expansão capitalista, da urbanização e industrialização.

## 4.2. Conflitos e Mudanças

Atualmente o quilombo vem admitindo uma nova significação para os que se intitulam quilombolas. De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia:

O quilombo vem sendo problematizado, atualizado e ressemantizado por diferentes agrupamentos estudados para alcançar as situações sociais do presente e para designar um legado, uma herança cultural e material que confere aos seus membros uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico (ABA, 1997, p.81).

Uma questão importante que circunda esse processo refere-se justamente à dimensão da expressão social dos Nogueira em sua nova realidade e em seu território físico e cultural, onde a partir da chegada da malha urbana e da modificação do seu modo de vida houveram várias transformações econômico-sócio-culturais que causaram várias consequências. Este aspecto ressalta a importância da preservação do costume e cultura herdadas ao longo das gerações e de fácil identificação no meio social em quem estão colocados os remanescentes de quilombo (O'DWYER, 2002).

Quando a cidade de Montes Claros encompassou o território dos Nogueira, antes rural, a malha urbana trouxe consigo vizinhos e um modo de vida cada vez mais próximo ao “estilo de vida da cidade”.

Segundo a vizinhança, suas relações com a comunidade eram boas e a família dos Nogueira ajudava como podia, motivo cujo, Florentino e D. Clara eram reconhecidos por sua generosidade e bondade. Florentino era constantemente consultado para obtenção de

conselhos quanto a decisões e resolução de questões familiares da comunidade, ao que se prontificava ajudar e por isso era muito querido por todos.

Desde que conheci a família produziam tijolos e plantavam no terreno. Sempre vi toda família trabalhando e produzindo no terreno. A família sempre manteve uma boa relação com a comunidade, sempre muito prestativa e servindo a todos (Entrevistada 1, vizinha do quilombo, entrevistada em: 04/2017).

Segundo relatos dos vizinhos, a família sempre foi muito unida, principalmente entre os filhos e a mãe, onde todos viviam em prol dos cuidados e produção local (tanto de tijolos quanto de gêneros alimentícios), e Florentina sempre lançava muitas ideias para o aumento das produções no território.

Após o encerramento da produção de tijolos, administrada por Florentino, a família dedicou-se excepcionalmente ao plantio e criação de animais. A família também utilizava o espaço para manifestação da sua cultura e realização dos seus rituais religiosos reportados de pais para filhos.

Nessa conjuntura, o território para os Nogueira, perpassa pela condição simbólica e material, e na qualidade de território étnico, ao longo do tempo, tem afirmado o sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo, a posse coletiva da terra e o desenvolvimento coletivo da mesma.

Com a morte de Florentino em abril de 1999 e de sua esposa D. Clara em junho de 2006, todo arcabouço social foi decomposto, e deram início às mudanças. De acordo com a família, todas as esferas: cultural, religiosa, política, social, e econômica foram impactadas. Além disso, a nova conformação familiar, após o fato, propiciou a influência da modernidade no dia a dia local. Como mostra o depoimento de uma de suas vizinhas:

A vida de toda comunidade começou a mudar a partir do loteamento do bairro, a chegada da população, tudo foi se transformando também com a morte de Florentino e D. Clara. Com a chegada da cidade, a liberdade foi diminuindo, a criminalidade aumentou, mas ao mesmo tempo, fomos beneficiados, com a construção da escola, da igreja (que teve terrenos doados pelo meu pai), e o comércio. Hoje não sei falar nada dos Nogueiras, porque o tempo causou um afastamento natural das famílias, mas todos moram no terreno desde o tempo dos pais (Entrevistada 2, vizinha do quilombo, entrevistada em: 03/2017).

Os Nogueira, igualmente alegam que com a chegada da urbanização, se sentem desrespeitados e prejudicados, a sua segurança acabou assim por ser ameaçada, o território ainda passou a ser tomado para o crime e abrigo de usuários de entorpecentes e coisas ilícitas. Desse modo, o quilombo acabou perdendo seu espaço, tendo sua possibilidade de expressão tolhida.

Nesse depoimento, fica claro que Noêmia (filha de Florentino) identifica a contemporaneidade com a chegada da urbanização ao território dos Nogueira:

Com a chegada da modernidade, o estilo de vida mudou, mudou a relação de consumo, onde tínhamos a produção para o autoconsumo, e houve um certo desligamento com as tradições do local (Noêmia Nogueira, filha do fundador do quilombo, entrevistada em: 11/2016).

O advento da malha urbana ao território ainda foi percebida por Zé Negão (Filho de Florentino) da seguinte forma:

Teve benefícios e malefícios, porque quando chegamos no terreno, o mesmo e as áreas ao redor eram só para cultivo e algumas olarias, até quando não tinha luz e água a vida era tranquila, pois a população dependia dos recursos naturais, porém com a chegada da luz, água e asfalto, trouxe os bairros que também trouxeram a criminalidade e as drogas. Mas de bom também vieram as escolas, os comércios, os postos de saúde, dentre outros benefícios (Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho do fundador do quilombo, entrevistado em: 02/2017).

Corroborando com os depoimentos, vê-se que a partir do loteamento dos terrenos em torno do território dos Nogueira, eles tiveram como efeitos da vida moderna primeiramente a modificação da produção por causa das invasões, roubos e depredação do terreno, e a família se estendeu em 25 netos numa média de 3 por filho.

Aproximadamente na década de 1980 a produção da terra foi suspensa e praticamente todos os filhos tiveram que sair para o trabalho assalariado, com exceção de Jair Tomé Nogueira, que ainda vive nos padrões iniciais, resistindo aos efeitos e necessidades oriundas das mudanças ocorridas ao longo dos anos. É ele o Pai de Santo do terreiro de Umbanda (responsável pela perpetuação da cultura e religiosidade da família).

Tais transformações também são descritas nas falas dos próprios membros do Quilombo dos Nogueira, onde pode-se perceber o pesar pela nova reestruturação sociocultural e econômica da comunidade:

Após a morte de meu Pai e minha Mãe, o quilombo passou por muitas transformações. De acordo com a família, todas as esferas social, política, econômica, cultural, religiosa foram impactadas. Além disso, a nova conformação familiar, após o fato propiciou a influência da modernidade no cotidiano da comunidade (Jair Tomé Nogueira, filho de Florentino, entrevistado em: 01/2017).

Parte do terreno que antigamente era utilizado para o cultivo agrícola, passou a não ser mais cultivado (Figura 18 no anexo). Quando a família ocupava todo o terreno, Florentino primava pela produção agrícola no local, porém a partir de sua morte, o território ficou ocioso e abandonado.

Assim, o modelo de produção de subsistência frequentemente adotado no meio rural, paulatinamente foi sendo entusiasmado pelo mercado capitalista e pela necessidade de adaptação aos moldes de reprodução de novos tipos de relações comerciais.

Foi o que aconteceu com o quilombo dos Nogueira. No passado, seu sustento era todo baseado na produção para consumo próprio e aos poucos, os quilombolas tiveram que se adaptar e se submeter ao sistema.

Como dispõe Marx (1983):

Uma vez que o trabalho vivo - com a troca entre capital e trabalhador - se incorpora ao capital e aparece como atividade a este pertencente desde o início do processo de trabalho, todas as forças produtivas do trabalho social passam a desempenhar o papel de forças produtivas do capital, do mesmo modo que a forma social geral do trabalho aparece no dinheiro como propriedade de uma coisa. Assim, a força produtiva do trabalho social e suas formas particulares se apresentam então na qualidade de forças produtivas e formas do capital, do trabalho materializado, das condições materiais (objetivas) do trabalho - as quais, nessa forma independente, em face do trabalho vivo, se personificam no capitalista MARX (1983, p.122).

Para os Nogueira, seu território sempre foi um recurso social, meio de sobrevivência, de reprodução da vida. Dessa forma, a territorialidade é o elemento de construção da identidade étnica, que é o ponto mais importante da estrutura sócio-espacial.

Nessa perspectiva, Gonçalves (2002) expõe:

A perspectiva tradicional de não considerar a geograficidade do mundo tem implicações importantes para as ciências sociais, para não dizer para a sociedade mesma. O território, por exemplo, é considerado como um suporte, como se fora uma base da sociedade e, como tal, algo sobre o que a sociedade se ergue que, todavia, não tem maiores implicações sobre o devir. Seus limites fronteiriços são vistos como um invólucro externo que delimita a soberania entre Estados como se esses limites externos não contivessem as marcas dos protagonistas internos que os instituíram (GONÇALVES, 2002, p. 229).

A maioria dos filhos morava no terreno, já que ao constituírem suas famílias pouco a pouco, receberam do pai Florentino e da mãe D. Clara, um pedaço do terreno para construção de suas próprias casas como mostrado na Figura 19 (Anexo). A construção geoprocessada da Figura 19 se deu pelo uso da cartografia social, que possibilitou que dados georreferenciados fossem levantados pela própria comunidade e processados. Além disso, com o desenvolvimento dessa metodologia, foi possível notar que a técnica possibilita a coleta de dados a partir da percepção do saber local com o uso da tecnologia.

E assim seguiram vivendo em comunidade no quilombo.

Com a parada da produção, parou também todas as atividades do terreno, que ficou ocioso, sendo apenas cuidado para que não fosse invadido. Com o crescimento dos filhos, Florentino foi dividindo o terreno para construção de suas casas, sendo que o tamanho do terreno dado aos filhos eram eles próprios que determinavam através de cercamento (Armando Vieira Célio – Neginho, filho de criação do fundador do quilombo, entrevistado em: 11/2016).

Para os Nogueira, o seu território é sua história, um espaço de relações vividas, fruto da memória e da experiência pessoal e compartilhada. Assim, o território para eles não se constitui apenas como uma extensão territorial, ele é um espaço onde ocorre tanto a produção material, quanto a produção dos significados simbólicos e culturais da comunidade, em que as várias dimensões da vida do ser quilombola se entrelaçam.

Ademais, após o falecimento de Florentino e D. Clara, segundo os membros da família, iniciou-se também uma disputa com a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pela posse do terreno onde se encontra o Quilombo dos Nogueira. Eles narram que a PMMG, desconsiderando o acordo feito com Florentino, passou a requerer a retomada de posse da área, que juridicamente pertence ao estado de Minas Gerais. Sucederam-se intimações com exigência da desocupação por parte da família, até que foi construindo um muro separando as habitações do restante do terreno, com isolamento da lagoa e demais áreas que eram utilizadas pelos Nogueira.

Ao encerrar a produção de tijolos em 1990 e com a morte de Florentino e D. Clara, a PM começou a reivindicar a posse do terreno, por sua vez, Florentino também reivindicou sua posse sobre a alegação de ter pago o mesmo com a produção de tijolos que eram entregues mensalmente para a PM para a construção do Batalhão. Lembro que a própria PM vinha buscar a produção de tijolos, mas não sei se isso está documentado (Armando Vieira Célio – Neginho filho de criação do fundador do quilombo, entrevistado em: 11/2016).

Segundo os relatos dos familiares, quando Florentino ainda era vivo foi feita uma negociação interna com o comandante da PMMG para pagamento do terreno. Esse pagamento seria feito mediante fornecimento de tijolos para a construção do 10º Batalhão de Montes Claros (como citado anteriormente). Ainda de acordo com relatos, assim Florentino o fez, mediante recibos, que se encontram na posse da família. Entretanto, desconsiderando o acordo, a Polícia Militar de Minas Gerais reivindicou a posse e expropriou grande parte do terreno, sob alegação da propriedade, confinando a família ao local onde construíram suas casas.

Dada às circunstâncias, apareceu nas mãos dos membros da família Nogueira outra certidão de compra e venda, idêntica a mostrada nas Figuras 5 e 6, porém a data de escrituração se deu em 1963, diferentemente da primeira que é datada de 1959, e no verso da certidão o nome do comprador foi alterado, de tal feito, essa segunda certidão nomeia como comprador o Cel. Georgino Jorge de Souza, na época ainda Major da PMMG (Figuras 20 e 21 no Anexo).

A disputa começou quando o Cel. Georgino Jorge de Souza assumiu o comando do 10º Batalhão da PMMG, pois até o ano de 1980 a mesma utilizou o mesmo para treinamento de seus recrutas. Enquanto meus pais estavam vivos nunca houve disputas com a PM (Armando Vieira Célio – Neguinho, filho de criação do fundador do quilombo, entrevistado em: 11/2016).

A família Nogueira, ao procurar advogados, os mesmos conseguiram uma segunda via da certidão original (Figura 22, Anexo) onde realmente consta o nome do Cel. José Geraldo como comprador do território. Vale observar os dizeres no rodapé desse documento, que se inicia com CERTIFICO e DOU FÉ [...], onde o escrevente valida a originalidade da Certidão.

A disputa do território do Nogueira com a PMMG sempre foi foco de debate entre os membros da família:

Houve um acordo verbal entre nosso pai e o Cel. José, que ele iria tomar posse do terreno e pagaria o mesmo para a PMMG através da produção dos tijolos e ainda a produção de porcos para o Cel. José Geraldo. Na época os recrutas do batalhão também auxiliavam na produção de tijolos, sendo o terreno considerado também um setor de produção da PM e ali nosso pai Florentino exercia suas funções de militar administrando a produção de tijolos (Noêmia Nogueira, filha do fundador do quilombo, entrevistada em: 01/2017).

Esse contexto é afirmado por Carril (2006, p. 161), citado por Malcher (2009, p. 9), que diversos conflitos acabam sendo combinados à relação sociedade-território e, por conseguinte, problemas sociais são criados e acentuados em efeito a formação territorial, na qual predominou as ideias de modernização sem inclusão. Assim, a identidade é construída na luta, e é este um dos fatores que unifica o quilombo.

Contudo, mesmo com a posse dos documentos comprobatórios do negócio, segundo os filhos de Florentino, após sua morte, a PMMG “começou a fazer pressões psicológicas aos membros da família”, intimidações para entrega da terra (Figura 23 no anexo, que trás uma declaração de posse do território). Em última atitude a PMMG construiu um muro que separou as residências da comunidade do território original da família, como demonstram as Figuras 24 e 25 em anexo.

Com a morte de nosso pai Florentino, em abril de 1999 e da nossa mãe D. Clara, em junho de 2006, a PM começou a reivindicar a posse do terreno através de pressões psicológicas, intimações e chegando a construir um muro para separar a nossa família do terreno (Noêmia Nogueira, filha do fundador do quilombo, entrevistada em: 01/2017).

O Zé Negão um dos filhos de Florentino chegou a ajudar a PMMG na construção do muro que separa a família do território. Segundo ele, tinha a esperança que a PM através da separação, cessaria as ações de expropriação e despejo.

Com o levante do muro feito pela PM que os separou do terreno, que foi o meio que a polícia teve para tentar retirar a família do terreno, sendo que eu ajudei na construção do muro, eu pensei que a Polícia Militar iria parar as ações de retirada da família do terreno. (Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho do fundador do quilombo, entrevistado em: 02/2017).

Desde então e principalmente após a morte de Florentino, segundo os membros, a família veio sendo cerceada dos seus direitos de posse do território. A construção do muro pela PMMG foi uma grande perda para a família Nogueira, que considera o ato um processo de violência extrema.

Além das declarações e notificações, a PMMG instaurou vários processos judiciais reclamando a posse e imediata desocupação do território. A Figura 26, em anexo, mostra uma das inúmeras notificações recebidas pelos Nogueira.

Segundo os diálogos com os membros da comunidade, paralelo ao trabalho e reprodução material no local, a família foi construindo ao longo do tempo sua identidade vinculando sua identidade étnica e social ao território, como autoafirmam quilombo. Além da organização social e cultural das famílias, que moram no local, cada um em sua própria casa, sua estrutura socioeconômica e religiosa são ligadas ao território.

Vê-se assim que além das consequências da modernidade que se expressam no modo de reprodução material, formas de trabalho, produção agrícola, sua organização social, bem como a liberdade das suas manifestações culturais e religiosas, suas vidas foram extremamente impactadas pelo cerceamento do seu direito e acesso ao seu território, após o cercamento do terreno por parte da PMMG.

Os relatos dos filhos, netos e vizinhos apontam para a negociação do terreno entre Florentino e a PMMG, contudo, o acordo firmado foi verbal com base na credibilidade e relação de confiança entre as partes, o que mais tarde culminou em disputa do terreno.

Após a morte de Florentino, o quilombo também sofreu mudanças em relação à necessidade de subsistência. Alguns filhos passaram a trabalhar externamente como assalariados para garantir renda fixa. Porém com a construção do muro pela PMMG isolando grande parte do território, praticamente todos os filhos passaram a trabalhar fora como assalariados, com a exceção de um único filho o Jair Nogueira (líder religioso dos Nogueira).

A partir da morte de Vô Florentino e Vó D. Clara, iniciaram as transformações. Com 16 anos fui para o Rio de Janeiro para estudar e trabalhar e minha mãe ficou em Montes Claros para tomar conta da família dela (época em que já estava separada do meu pai), voltando um ano depois, e encontrei minha família em sua maioria vivendo de trabalho assalariado (Vanessa Nogueira Amorim, neta de Florentino e filha de Noêmia Nogueira, entrevistada em: 04/2017).

Segundo depoimentos, de filhos e netos de Florentino, os mesmos começaram a enfrentar as barreiras e sentir os efeitos da vida capitalista:

Conseguir emprego era muito difícil, pois precisava qualificação e a maioria era semi-analfabeta, ficando assim restringidos à execução de trabalhos braçais (Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho do fundador do quilombo, entrevistado em: 02/2017).

Tal situação proporcionou também que os membros da família adentrassem cada vez mais cedo no mercado de trabalho, e em condições muito precárias:

Foram várias as barreiras enfrentadas, pois comecei a trabalhar muito cedo em bares e restaurantes. O salário era muito pouco e tinha que trabalhar à noite (Erika Valesca Nogueira, neta de Florentino, entrevistada em: 04/2017).

Vê-se assim que a sobrevivência no território e o *modus operandi* nele estabelecidos pelos Nogueira, desde o início, expressa o quanto esse espaço é repleto de significantes e significados, sendo também um território caracterizado pela memória do seu povo.

Enquanto podiam trabalhar a terra, a maioria dos membros da família retirava seu sustento do seu território, a partir do seu uso livre, como o acesso à lagoa, a flora, as plantas medicinais lá existentes. Pelo vasto espaço do território, eles tinham a possibilidade de manejo da terra e provimento material, além poderem exercer suas crenças religiosas e culturais.

As manifestações culturais e religiosas sempre fizeram parte da construção étnica da comunidade. No quilombo dos Nogueira, esses aspectos sempre foram muito

importantes na construção da sua identidade, como apontam os filhos e netos de Florentino.

A expressão cultural, embora esteja interligada com a identidade étnica, pode ter aspectos subjetivos, quando se trata da construção da história coletiva, isso se incide na formação religiosa.

No caso do Quilombo dos Nogueira, a tradição umbandista faz parte dos aspectos culturais de seu povo. Porém, advindo da morte do patriarca, os filhos passam a ampliar suas relações sociais para além da comunidade, e passam a sofrer influências externas nessas relações, cuja consequência foi a entrada do evangelismo pentecostal para dentro da comunidade, e esse emerge como seu neo-perseguidor.

Segundo os Censos Demográficos do IBGE, os evangélicos, incluindo tanto os ramos tradicionais quanto pentecostais, seguem a sua trajetória de crescimento, passando de 16,2% para 17,9% nos primeiros anos desta década chegando a 20,2%. Em 2003, 74% dos brasileiros se declaravam católicos. Em 2010, o número caiu para 68,4%. A redução foi maior entre jovens e mulheres. O número de evangélicos subiu de 17,9% para 20,2%. Aumentou também o número de pessoas que afirmam não ter religião: de 5,1% para 6,7% no mesmo ano.

Sendo rejeitadas as práticas e crenças da umbanda, da quimbanda ou do candomblé por parte do pentecostalismo, Burdick (2002) afirma que dentro das igrejas são invocadas as entidades para logo em seguida exorcizá-las. Assim o pentecostalismo, em consequência de sua crença que é preciso eliminar a presença e a ação do demônio no mundo, se caracteriza por classificar as denominações religiosas afro-brasileiras como espaços privilegiados da ação dos demônios, os quais se "disfarçariam" em divindades cultuadas nessas culturas.

Uma identidade pentecostal, afirma Brandão (1989), é mais do que a protestante e muito mais ainda que a católica, ou seja, é a afirmação de um modo de ser dominada pela religião em que todos os outros qualificadores de sua identidade são secundários, assim essa religião se torna determinante de sua diferença, definida por seu anti-sincretismo (BRANDÃO, 1989, p. 60).

Nos Nogueiras, somente uma das famílias se converteu, foi a do Antônio José Nogueira – Zé Negão (filho de Florentino). Há 18 anos eles se tornaram pentecostais e justifica:

A família da minha mãe D. Clara era de matriz umbandista e essas raízes foram sendo transmitidas para toda a família, porém ao completar 40 anos me converti para o evangelismo pentecostal. Eu e minha irmã Noêmia, após a morte do meu pai (Florentino) contraímos doenças, tendo a minha irmã sonhado com o nosso pai Florentino e ele em sonho a indicou um remédio que foi ingerido e que supostamente tinha a curado, e a minha doença era depressão, tabagismo e alcoolismo, que fui curado após minha conversão ao pentecostalismo. Em relação à doença da minha irmã, tempos após ela teve uma recaída (ano 2000) dessa doença o que resultou a uma internação em CTI e correu grave perigo de morte, o que o me fez ainda mais desacreditar nas crenças umbandistas, ano em que mudei de religião. Acredito que toda família deveria se converter ao pentecostalismo (Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho do fundador do quilombo, entrevistado em: 02/2017).

Esse depoimento se afirma em Camargo (1973), dizendo que a cura divina era um dos mais poderosos atrativos do pentecostalismo. Com efeito, a oferta de cura, sobretudo quando acompanhada de testemunhos acerca de sua eficácia, funciona para atrair e fisgar novos adeptos.

Vale salientar que segundo Camargo (1973) a liturgia da igreja pentecostal, de forte cunho emocional, a participação ativa do grupo em celebração e a presença manifesta de um misticismo corporificado mediante rituais que levavam em conta a possessão, serviu como vetor de atração do negro brasileiro afrodescendente.

As perseguições sofridas pelos Nogueira que antes eram somente da PMMG, passou a contar também com os pentecostais, através da discriminação: como o descrédito, o desrespeito e a invisibilidade, além de quererem também a posse do território.

Para Zé Negão toda família deveria se converter ao pentecostalismo, chegando a construir um templo pentecostal dentro do território da família (Figura 27). O abandono às tradições e à espiritualidade, aqui exposto por Zé Negão, remete à sua ruptura com o grupo, e a renegação ao seu passado, silenciando sua memória e recriando sua identidade sob outro prisma, o da religião pentecostal.

Percebem-se nos depoimentos de Zé Negão que sua principal resistência é com relação aos cultos afro-brasileiros, mais que com suas expressões culturais, negando assim as bases culturais que foram instauradas na religiosidade afro-brasileira.

Construí uma igreja pentecostal no terreno da família, onde também se encontra o centro umbandista, o que gera muitos conflitos entre nós. Acredito que a constituição humana e da família se dá através dessa crença e fé. O pentecostalismo me afastou dos vícios da bebida, cigarro e noitadas, sendo também meus filhos libertos dos mesmos vícios e pelos mesmos motivos. Tenho 4 filhos: uma de 35 anos (que não mora no terreno), outros três com 30, 28 e 13 anos (Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho do fundador do quilombo, entrevistado em: 02/2017).

Os efeitos da modernidade através das várias estruturas de manifestações religiosas trouxeram grande impacto na vida da comunidade Nogueira, já que houve uma divisão familiar a partir da disputa das religiões umbandista e pentecostal.

A entrada do pentecostalismo na comunidade dos Nogueira trouxe a divisão e o conflito familiar, pois de certa forma Zé Negão nega todas as suas origens e toda sua relação histórica com o território:

Não vejo importância nenhuma no terreno, tanto para mim quanto para a família, pois não consigo ver interesse de ninguém em produzir coisa alguma no terreno. Não tenho relação nenhuma com o terreno, ainda mais depois que a PM construiu o muro vetando nossa entrada nele (Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho do fundador do quilombo, entrevistado em: 02/2017).

Na visão dos vizinhos, o pentecostalismo serviu de pivô para a divisão familiar, como relata a Entrevistada 2 – vizinha dos Nogueira:

Na minha visão, a estrutura da família começou a modificar a partir do casamento dos filhos (divisão parcial do terreno), e após a morte de Florentino e D. Clara notei a mudança na tradição cultural da família com a repartição entre umbandismo e pentecostalismo (Entrevistada 2, vizinha do quilombo, entrevistada em: 04/2017).

O relato de Wagner Nogueira (neto de Florentino) também esboça a necessidade de comunicação e o afastamento causado pela divergência de crenças:

Falta diálogo entre a família, principalmente devido a separação das religiões umbandismo e pentecostalismo (Wagner Wesley Nogueira, neto de Florentino, filho de Jair Nogueira, entrevistado em: 04/2017).

Porém a entrada do pentecostalismo não trouxe somente a divisão da família e do território, trouxe também a atenção da PMMG que ao ver ser construído o templo, mais uma vez acionou judicialmente a família, reivindicando a posse do mesmo, como mostram os documentos da primeira intimação da família (Figura 28 e 29), datadas de 13 de abril de 2012.

Observa-se nos documentos que o réu constituído pela PMMG é a Comunidade Cristã Pentecostal, tendo como autor o Estado de Minas Gerais. Esse fato levou os Nogueira a procurarem um advogado para representá-los, e esse processo tramita

judicialmente. Mas em 03 de setembro de 2013, novamente por causa da comunidade pentecostal instalada no território, a PMMG entrou com outro processo de retomada de posse do território (Figuras 30 e 31). Como se vê na Figura 30, novamente é reclamado a posse do território, e novamente o réu constituído é a Comunidade Cristã Pentecostal.

Assim seguem os Nogueiras, em sua visão, tem a PMMG e o pentecostalismo como perseguidores de suas culturas, tradições históricas, modos de reprodução e principalmente sua identidade étnica.

Contextualizando essa questão dos Nogueira na literatura, O'Dweyer em uma análise sobre o pensamento de Wolf (1987, apud O'Dweyer, 2002) e Barth (2000, apud O'Dweyer, 2007), mostra numa visão etnográfica, que as diferenças sociais e culturais entre povos, muitas vezes ocasionam seu isolamento. Vê-se então que os reflexos de isolamento e separabilidade dos Nogueira recai sobre suas continuidades históricas e territoriais.

Muitos conflitos estão conectados à relação entre território - sociedade – cultura, para Carril (2006), logo, problemas sociais são cunhados em função da formação territorial, em que predominou as ideias de modernização sem inclusão. Desse modo, a identidade é construída na luta pela escassez, tal fator tende a unificar a comunidade dos Nogueira.

Portanto, para os Nogueira, seu território perpassa pela condição simbólica e material, o mesmo tem garantido o sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo, a posse coletiva da terra e o desenvolvimento coletivo da mesma.

### **4.3. Sonhos e perspectivas**

É intenção dos membros dos Nogueira retomar judicialmente a posse do território. Além disso, pretendem reestruturar a comunidade de forma a transformá-la oficialmente em um quilombo, como se autointitulam e servir a comunidade do entorno e demais comunidades da cidade através de sua cultura.

Constata-se que o foco da luta quilombola está direcionado para a questão do reconhecimento e titulação dessas terras, pois ao longo do período pós-abolição uma quantidade não mensurável de comunidades negras rurais vem perdendo suas terras

ancestrais, vítimas de violentos e criminosos processos de expropriação (IDÉIAS, 2007, p. 57).

A construção de uma identidade quilombola a partir da necessidade de luta pela permanência na terra e contra o avanço da perda das mesmas, levou os Nogueira a se autodeclararem como quilombolas em decorrência da aplicabilidade do artigo 68 da carta Constituição 1988. Isso se justifica dada a importância do território para eles (BRASIL, 1988).

Isso aqui é minha vida, nasci e fui criado aqui. Essa é a minha extensão cultural. Sempre tiramos nosso sustento daqui, e hoje sofro por ele estar sendo usado apenas como ponto de usuários de drogas (Jair Tomé Nogueira, filho de Florentino, entrevistado em: 01/2017).

As palavras acima impostas por Jair Nogueira que é o líder espiritual do quilombo, assim com as de Noêmia Nogueira exprimem suas ligações com o território e suas necessidades de permanência no mesmo.

O terreno é tudo pra nós, pois grande parte da família nasceu e foi criada/estruturada nele, já estamos na terceira geração, a cultura em relação ao terreno já está instalada, as raízes já foram cravadas, e não nos vemos morando longe daqui, pois é como arrancar a árvore e deixar as raízes, o terreno é a referência da família (Noêmia Nogueira, filha do fundador do quilombo, entrevistada em: 02/2017).

Observa-se que nem todos os membros da família pensam da mesma maneira, como é o caso de Zé Negão, filho de Florentino que se converteu ao pentecostalismo:

Não vejo importância nenhuma no terreno, tanto para mim quanto para sua família, pois não consigo ver interesse de ninguém em produzir coisa alguma no terreno. Não tenho relação nenhuma com o terreno, ainda mais depois que a PM construiu o muro vetando nossa entrada nele (Antônio José Nogueira – Zé Negão, filho do fundador do quilombo, entrevistado em: 02/2017).

Porém as gerações dos netos de Florentino já não sustentam o ideal do tio Zé Negão e comunga das mesmas perspectivas do restante da família.

O território representa para mim muito carinho, amor e principalmente o pertencimento histórico no desenvolver de minha vida (Vanessa Nogueira, neta de Florentino, entrevistada em: 03/2017).

Percebemos também que mesmo os membros da terceira geração dos Nogueira já exprimem esse sentimento de pertença ao território.

Em nosso território tenho a sensação de estabilidade de moradia e a herança cultural. Além da relação de pertença teremos a manutenção da obra e da memória de meu avô Florentino (Wagner Wesley Nogueira, neto de Florentino, filho de Jair Nogueira, entrevistado em: 04/2017).

Para os Nogueira, a manutenção de sua identidade necessita de unidade física, ou seja, o sentimento de possuir fronteiras físicas, onde poderão manter suas raízes e preservar sua memória. Para essa comunidade, a terra é um recurso social, meio de sobrevivência, de reprodução da vida.

Nessa ótica, para os Nogueira existem vários aspectos a serem preservados dos costumes de seus entes mais antigos e antepassados, desde as festividades, crenças, música, toda expressão de arte que eles tentam resguardar, mesmo com a invasão de novos ingredientes e hábitos.

Afirmando essa lógica, Hobsbawm (1996) justifica que:

Por tradição entende-se um conjunto de práticas, seja de natureza, ritual ou simbólica, visa inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1996, p.9).

Segundo Hall (2006) uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados ao pertencimento a culturas étnicas, religiosas, raciais, linguísticas, regionais e/ou nacionais.

Além da relação de intimidade com o território, para os Nogueira é ele que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo. Dessa forma projetam planos para o futuro do mesmo, assim que forem reconhecidos como quilombo e reconquistarem sua posse.

Queremos estruturar o quilombo, servir a comunidade através da nossa cultura, construir um museu, uma escola de capoeira, centro de resgate social, horta comunitária, dentre outras (Noêmia Nogueira, filha do fundador do quilombo, entrevistada em: 02/2017).

Também fazem parte dos seus planos, a construção de um museu cultural quilombola, uma escola de capoeira, um centro de resgate social além de uma horta comunitária, dentre outros projetos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os membros do Quilombo dos Nogueira, com a influência da modernidade, as principais mudanças dizem respeito ao seu estilo de vida, relação de consumo, com perda da capacidade de produção própria para reprodução material da família, convivência com outros tipos de cultura e submissão a sistemas de trabalho diferentes do que eram acostumados, o que por sua vez influenciou não somente o modo de viver do seu povo, mas suas crenças, desligamento das tradições locais, evangelismo e costumes.

Segundo seus relatos suas necessidades primordiais eram a terra com mato, a água, o remédio nativo. Precisam de terra para cultivar o milho, o feijão, a mandioca, a batata-doce e outras culturas necessárias para sua sobrevivência. É da terra que retiravam seu sustento. Para os Nogueira, esse sempre foi o modo de se relacionarem com a vida e com todos os seres. Dessa maneira, vê-se a presença da modernidade que transformou seu modo de viver e trouxe o afastamento da terra.

Partindo dessa premissa, o desejo de retomarem suas raízes influencia sua luta para proteger seus costumes e minimizar os efeitos da modernidade, no que for possível, especialmente na cultura do seu povo, de forma a regatar a suas origens e preservar o Quilombo dos Nogueira.

Nesse feito, compreende-se também que a luta pela terra se constitui no campo político e organizacional, por meio do resgate da cidadania do povo negro, através da afirmação de sua identidade étnica e dos seus direitos políticos. A terra, evidentemente, é crucial para a continuidade do grupo, do destino dado ao modo coletivo de suas vidas.

A utilização da cartografia social junto à comunidade trouxe o entendimento do empoderamento e o sentimento de pertença dos participantes na representação do seu território, o que facilitou o desenvolvimento dos mapas geoprocessados oficiais, numa construção democrática que apontou que mesmos os processos de modernidade e modernização não afetaram a ligação que eles têm com o território.

Com o fim da produção de tijolos e morte de Florentino e D. Clara, a família teve sua estrutura social e modo de vida modificada. Além da necessidade de recorrer a trabalhos externos assalariados para sustento próprio, os remanescentes do quilombo

enfrentam, desde então uma disputa com a PMMG pelo terreno, uma vez que a corporação reivindicou a posse do terreno.

Reiterando as falas dos membros da família, a PMMG ao construir o muro que separou a família de seu território, modificou as formas de pertencimento e as estruturas da comunidade, aprisionando-os em uma delimitação física estabelecida arbitrariamente. Essa limitação da família à área desapropriada a expôs à situação de vulnerabilidade, uma vez que dependiam dos recursos naturais disponíveis ali. Sobretudo, para se estabelecer junto a si, o sujeito deve construir e habitar um espaço, um lugar, onde ele possa se recolher e dar sentido a sua vida.

Para os Nogueira, a arbitrariedade da PMMG se coloca acima da memória, da trajetória de vida, do pertencimento construído, e expõe a face de exploração e de uma escravização velada, mascarada. A violência causada por essa ação da PMMG remete os membros da comunidade a uma situação de medo, quando privados dos direitos sobre o território, se sentem perseguidos, humilhados e com constante sensação de impotência. E essa expropriação, advinda da estrutura de capital moderno, expulsou os Nogueira daquele que seria seu habitat natural, modificando toda sua cultura, apesar da resistência dos seus membros.

Nesse contexto, todas as práticas religiosas, assim como o direito ao culto e expressão do seu credo no local em que foram criados e formaram sua identidade são reivindicados pela família Nogueira. E ao verem seu direito tolhido se sentem desrespeitados. Entretanto, mantém, na medida do possível os seus ritos.

Além de sentirem-se tolhidos no seu direito pela terra, os Nogueira alegam seu pesar e o medo de perderem a sua referência cultural, pelo afastamento do território onde foram criados e estabeleceram suas raízes.

Na busca pela sobrevivência, a família Nogueira se mantém unida, mesmo em espaço restrito a comunidade continua lutando pela terra para o plantio e cultivo, continuam perpetuando suas tradições culturais vê-se que isso é feito como prova de resistência para reconquistarem e permanecerem no seu território, também reconhecendo em sua identidade um forte símbolo da resistência.

Faz-se necessário observar que, tanto no passado, quanto no presente, os quilombos ainda representam território de luta e resistência dos quilombolas pelo direito

a terra, que é espaço aonde se materializa saberes culturais, modos de vida e sobrevivência. Diante da disputa, bem como dos efeitos da modernidade sobre a comunidade, efeitos esses que modificaram sua forma de produção e reprodução social; eles lutam pelo direito de permanecerem “na sua terra”, e também pelo reconhecimento do quilombo por parte da Fundação Cultural Palmares.

Para os Nogueira, o ato de aquilombar-se, de se organizarem contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, nos dias atuais a chama reacesa para, na condição contemporânea, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos de dar sentido.

Assim, em relação aos Nogueira, a participação na vida coletiva e o esforço da consolidação do grupo é o que o direito constitucional deverá contemplar na posse coletiva da terra.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.W.B. de. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. Manaus: PNCSA/UEA Edições, 2010.
- ALMEIDA, A.W.B. de. Nova Cartografia Social da Amazônia. Povos e comunidades tradicionais nova cartografia social. Manaus: PNCSA-UFAM, 2013.
- ALMEIDA, A.W.B. de. Novas experiências em cartografia social. Encontro Nacional da ANPUR, Florianópolis, 2009. Disponível em: <[http://www.xiiienanpur.ufsc.br/site/arquivos/4990\\_sLivres.pdf](http://www.xiiienanpur.ufsc.br/site/arquivos/4990_sLivres.pdf)>. Acesso em: 30 maio, 2017.
- ALMEIDA, A.W.B. de. Terras de Preto, Terras de Santo e Terras de Índio: Uso Comum e Conflito. *Revista do NEA*. UFPA, 1989.
- ARAUJO, J.W.C. de. *A noção de consciência moral e Bernhard Haring e suas contribuições à atual crise de valores*. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10.ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.
- ASCELRAD, H. *Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2010.
- AVELAR, G.A. de; PAULA, M.V. de, *GEOgraphia* - Ano V – Nº 9 – 2003.
- BARBOSA, B. Relatório de Violação de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, *Carta Maior*, Estado do ES, 2003.
- BARBOSA, W. de A. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Vol.181. Belo Horizonte: Itatiaia Ilimitada, 1995. 210p.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização: Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- BRANDÃO, C.R.. “Ser católico: dimensões brasileiras, um estudo sobre a atribuição através da religião”, in Viola Sachs (org.), Brasil & EUA: *religião e identidade nacional*, Rio de Janeiro, Graal, p. 59-83, 1989.
- BRASIL, *Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007*. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/file/2015/03/anexo-04-portaria-fcp-n%c2%b098-de-26-de-novembro-de-2007pdf>>. Acesso em: 30 jun., 2017.

BRASIL. *Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Disponível em: <<http://legislação.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em: 15 maio, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BURDICK, J. “Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: mistura impossível”, In: YVONNE, M.; CLÁUDIA, B.R. (Orgs.), *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

CAMARGO, C.P.F. de et al. *Católicos, protestantes, espíritas, Petrópolis*, Vozes, 1973.

CARNEIRO, R. Globalização e inconvertibilidade monetária. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 4, out. 2008.

CARVALHO, A.P.C. de. As Comunidades Remanescentes de Quilombos Urbanas. In: *Direitos quilombolas & Dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

CARRIL, L.F.B. *Quilombo, Território e Geografia*. Agrária, São Paulo, N.3, p156-171. 2006.

CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. *Comunidades quilombolas*. 2007. Disponível em:< <http://www.cpisp.org.br>>. Acesso em:09 abr., 2017.

CHAGAS, M. de F. A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos". *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 209-235, July 2001.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. *GEOgraphia*, ano 1, n, 2, 1999.

COLOMBO, M. Modernidade: a construção do sujeito contemporâneo e a sociedade de consumo. *RBP*, v.20, n.1, 2012.

COSTA, L.A.M. Capítulo 1: Movimento armorial: do erudito ao popular. Campina Grande: EDUEPB, p. 31-64. 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h4dh8/pdf/costa-9788578791865-05.pdf>>. Acesso em: 12 ago., 2017.

CPISP - Comissão Pró-Índio de São Paulo. 2015. *Quilombos*. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/>>. Acesso em: 21 fev., 2017.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FARIA, E.M. de; GONÇALVES, F. da S. Efeitos da modernidade nas comunidades remanescentes de quilombos: um breve olhar contextual e pequenas abstrações. In: V

CONGRESSO NACIONAL EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 5, UNIMONTES: Montes Claros - MG, 2016.

FERREIRA, D. da S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014.

FRANÇA, I.S. de; SOARES, B. R.. O espaço intra-urbano de uma cidade média e suas centralidades: uma análise de montes claros no norte de minas GERAIS. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia v. 8, n. 24 Dez,2007 p. 75 – 94

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Porto Alegre: Editora UPF, 2001.

GEERTZ, C. *A interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 2003.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Editora UNESP: São Paulo, 1991.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N.L. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão*. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONÇALVES, C.W.P. “Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”. In: Ceceña, A.E.; Sader, E. (Org.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

GUSMÃO, N.M. M. de. Da antropologia e do direito: impasses da questão negra no campo. *Fundação Cultural Palmares*. Brasília, 1999.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *Geographia*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed., DP&A Editora: Rio de Janeiro, 2006.

HOBSBAWM, E.J. *A era das revoluções*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HONÓRIO, R. Concepções de cultura. *Antropologia*. Disponível em:

<<http://www.antropologia.com.br/divu/colab/d12-rhonorio.pdf>>. Acesso em: junho 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo**, 2010. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/3ON> Acesso em: 15 jul., 2017.

ICMS. *Pertencente aos Municípios*. 2009. Disponível em:

<<http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=12870>>. Acesso em: 20 jun., 2017

IDÉIAS, I. A atualidade da questão quilombola no Brasil. *Revista do Instituto Humanista da Usiminas*, São Leopoldo, Maio, 2007, Edição 218. Disponível em:

<<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao218.pdf>>. Acesso em: 3 jul., 2017.

- ITABORAHY, N.Z.. De identidade a movimento, de movimento a território: uma leitura do processo e relato de experiência de extensão na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima. In: *PPLA 2010: Seminário política e planejamento*, 2, 2010. Curitiba. Anais... Curitiba: Ambiens, 2010.
- LARAIA, R.de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 24 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.
- LIMA, G.D.; TUBALDINI, M.A. dos S. Economia solidária e as comunidades rurais quilombolas de macuco e pinheiros – alto Jequitinhonha. In: *XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, São Paulo, 2009, p. 1-30.
- LITTLE, P.E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. In: OLIVEIRA, L.R. C. de. (Orgs.) *Anuário Antropológico/2002-2003*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2004. p.251-290.
- LOPES, H.T.; SIQUEIRA, J.J.; NASCIMENTO, B. Negro e Cultura Negra no Brasil, Rio de Janeiro, UNIBRADE/UNESCO, 1987.
- MALCHER, M.A.F. Identidade quilombola e território. Belém, 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/120.pdf>>. Acesso em: 10 ago., 2017.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 2ª edição. SP: Abril Cultural, 1978.
- MARANHÃO, M. et al. Fichamento: Argonautas do Pacífico Ocidental, Pensando a antropologia, 15, Jun., 2012. Disponível em: <<https://pensandoantropologia.wordpress.com/2012/06/15/fichamento-argonautas-do-pacifico-ocidental>>. Acesso em: 24 jul., 2017.
- MARQUES, C.E.; GOMES, L. A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, p. 137-153, 2013.
- MARQUES, C.E. *Os Marques do Boqueirão*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- MARQUES, C.E.; SIMIAO, D.S.; SAMPAIO, A. Territórios, identidades e direitos entre os Quilombos Urbanos de Belo Horizonte: o caso de Mangueiras. In: ROSA, E.A.M.(et al). *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Quilombolas: reivindicações e judicialização dos conflitos*. Manaus: UEA Edições, 2012, v. 1, n. 3, p. 147-161.
- MARX, K. Manuscritos Econômicos-Filosóficos. In: FROMM, E. *Conceito Marxista do Homem*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- MENDRAS, H. A cidade e o campo. In\_\_ : QUEIROZ, M.I.P. *Sociologia Rural*: Rio de Janeiro, Zahar, 1969, p.33-40.

MILAGRES, C.S.F. O Uso da Cartografia Social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de Reforma Agrária. *Caderno de Geografia*, v.25, n.43, 2015.

MILAGRES, C.S.F.; RODRIGUES, W. Cartografia Social e Percepção de Risco: Caminhos para uma Discussão acerca da Representação Cartográfica do Fogo. In: VII ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 7, 2017. *Anais...* Natal-RN: Rede de Estudos Rurais, 2017. 12 f.

MINAYO, M.C. de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOURA, G. Quilombos Contemporâneos no Brasil. IN: CHAVES, R.; SECCO, C.; MACÊDO, T. (org.). *África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo, UNESP, Luanda, Chá de Caxinde, 2006.

MUNANGA, K. Construção da Identidade Negra no Contexto de Globalização. IN: *Relações Raciais e Educação: Temas Contemporâneos*. Rio de Janeiro, EDUFF, 2002.

NASCIMENTO, M.B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: Afrodiáspora 6-7 - *Revista do mundo negro*, Rio de Janeiro, Ipeafro, ano 3, n.º 6 e 7, 1985, p. 41-49.

O'DWYER, E.C. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

O'DWYER, E.C. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. Tomo, São Cristóvão, n. 11, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/download/446/363>>. Acesso em: 10 mar., de 2018.

O'DWYER, E.C. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. In: *Antropolítica, Niterói: EDUFF*, nº 19, 2005, p. 91-109.

OLIVEIRA, M.F.M. de; RODRIGUES, L.(orgs). *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, M.C.W. de. Memória e Identidade Quilombola, em tempos de modernidade. Disponível em: [https://odonto.ufg.br/up/133/o/mem%C3%B3ria\\_e\\_identidade\\_cultural\\_quilombola.pdf](https://odonto.ufg.br/up/133/o/mem%C3%B3ria_e_identidade_cultural_quilombola.pdf). Acesso em: 20 de março de 2017.

OLIVEIRA, O.M. de. *Direitos quilombolas e dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

OLIVEIRA, R.P. de. Antropologia e filosofia: estética e experiência em Clifford Geertz e Walter Benjamin. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 209-234, 2012.

ORTEGA, A.C. Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

PAIXÃO, H et al. Modernidade e reflexividade: uma leitura da obra de Anthony Giddens. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v.4, n.1, 2004.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. *Estud. av.* 1989, vol.3, n.7, pp. 87-108.

PAULA, A.M.N.R. de et al. A Região Mineira Do Nordeste-Grande Sertão. *XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária*, Rio de Janeiro, 06 a 10 de novembro de 2006.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REVEL, J. *A Invenção da Sociedade*. Difusão Editora Ltda. Lisboa, 1989.

RISSE, L.C. Os conceitos de percepção e território como lentes para o entendimento cultural. *Terra Plural*, v. 8, p. 309-319, 2014.

SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. *Metodologia de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2006.

SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização: do Pensamento Único a Consciência Universal*. 16.ed. São Paulo, Record, 2008.

SAQUET, M.A. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, A.R. Fenômeno quilombola: a constituição da identidade cultural negra. *Revista África e Africanidades*, ano 3, n. 9, maio, 2010.

SILVA, J.S.; FERRAZ, J.M.G.. Questão fundiária: a terra como necessidade social e econômica para reprodução quilombola. *GeoTextos*, v. 8, n. 1, jul. 2012,p.73-96.

UNIMONTES. *Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sócio-Cultural da Comunidade Remanescente do Quilombo Bom Jardim da Prata*. São Francisco (Mg) - Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Processos Sociais, Sertão Acordo de Cooperação Técnica Unimontes / INCRA – MG – 2015.

WANDERLEY, M. de N. B.. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. 1997, Natal. *Anais...* Natal: s.n., 1997.

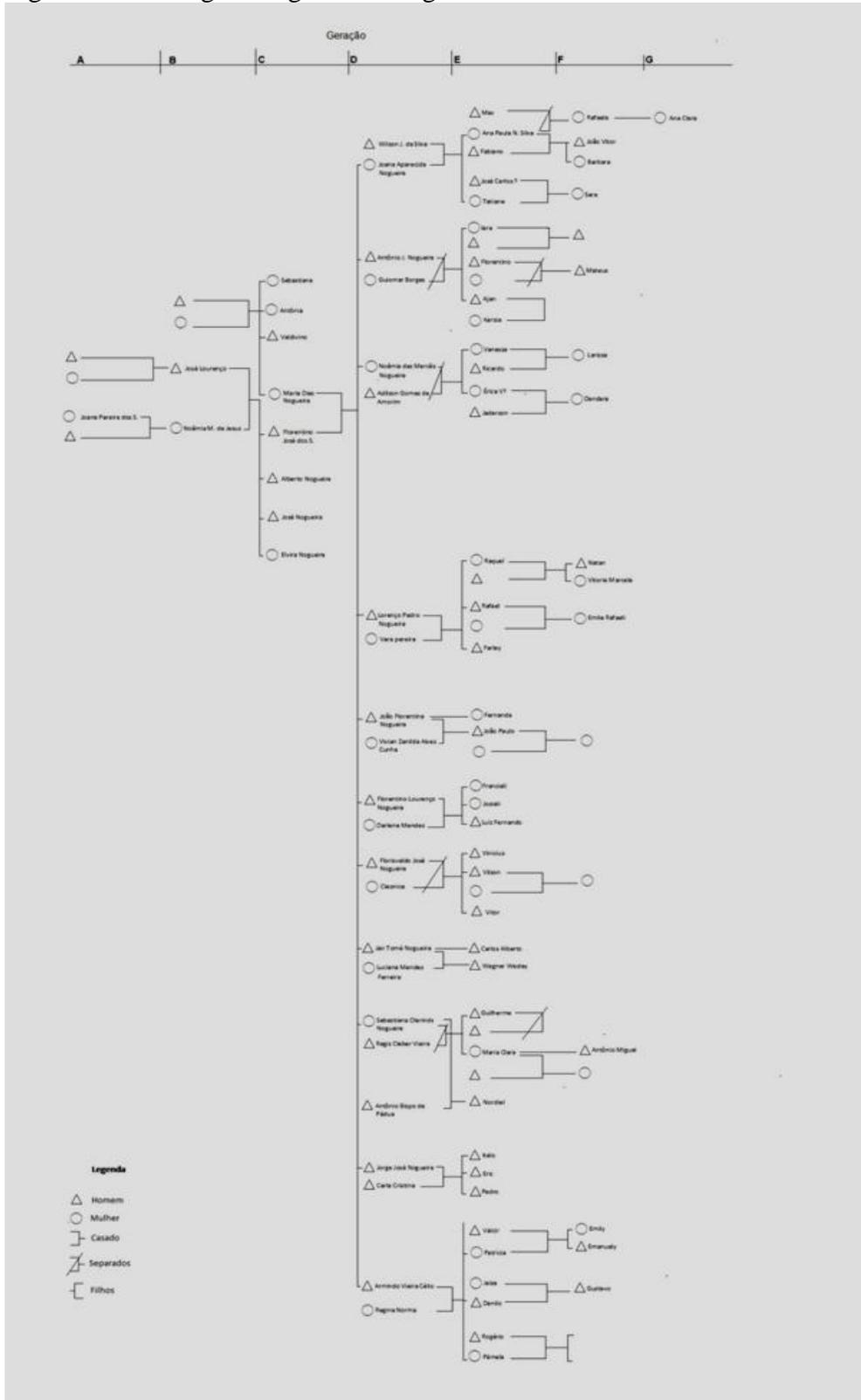
WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.

WOLF, E.R. *Europa y la gente sin historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

# Anexos

Figura 4: Árvore genealógica dos Nogueira



Fonte: Próprio autor (2017).



Figura 6: Verso da Certidão de compra e venda

**NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE:** Cel. José Geraldo da Oliveira e s/m D. Maria Marques Diniz, representados p/s Procurador Tenente Agostinho Geraldo da Melo.-

**NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE:** -: José Alves da Silva, vulgo José Camilo e s/m D. Maria José Pereira da Silva.-

**TÍTULO:** Divisão Amigável **FORMA DO TÍTULO, DATA E**  
**SERVENTUÁRIO:** Escritura Pública da Divisão Amigável passada em 2 de setembro de 1959, pelo tabelião do 1º Ofício Candido S. Canela.-

**VALOR DO CONTRATO:** R\$12.960,00.-

**CONDIÇÕES DO CONTRATO:** -: Não há.-

**AVERBAÇÕES:** Prot. sob o nº 61.126, do LP 1, fls. 299v, das 6 às 12 horas.- (seguem-se demais anotações técnicas de praxe, que ficam sendo parte-integrante desta).-  
 Transf. para o nº 50.698, fls. 213, do LP 3-AD.  
 Oficial, Alberto Leberne Vale.-

Foi o que pude verificar com relação ao que me foi pedido pelo interessado do que dou fé.

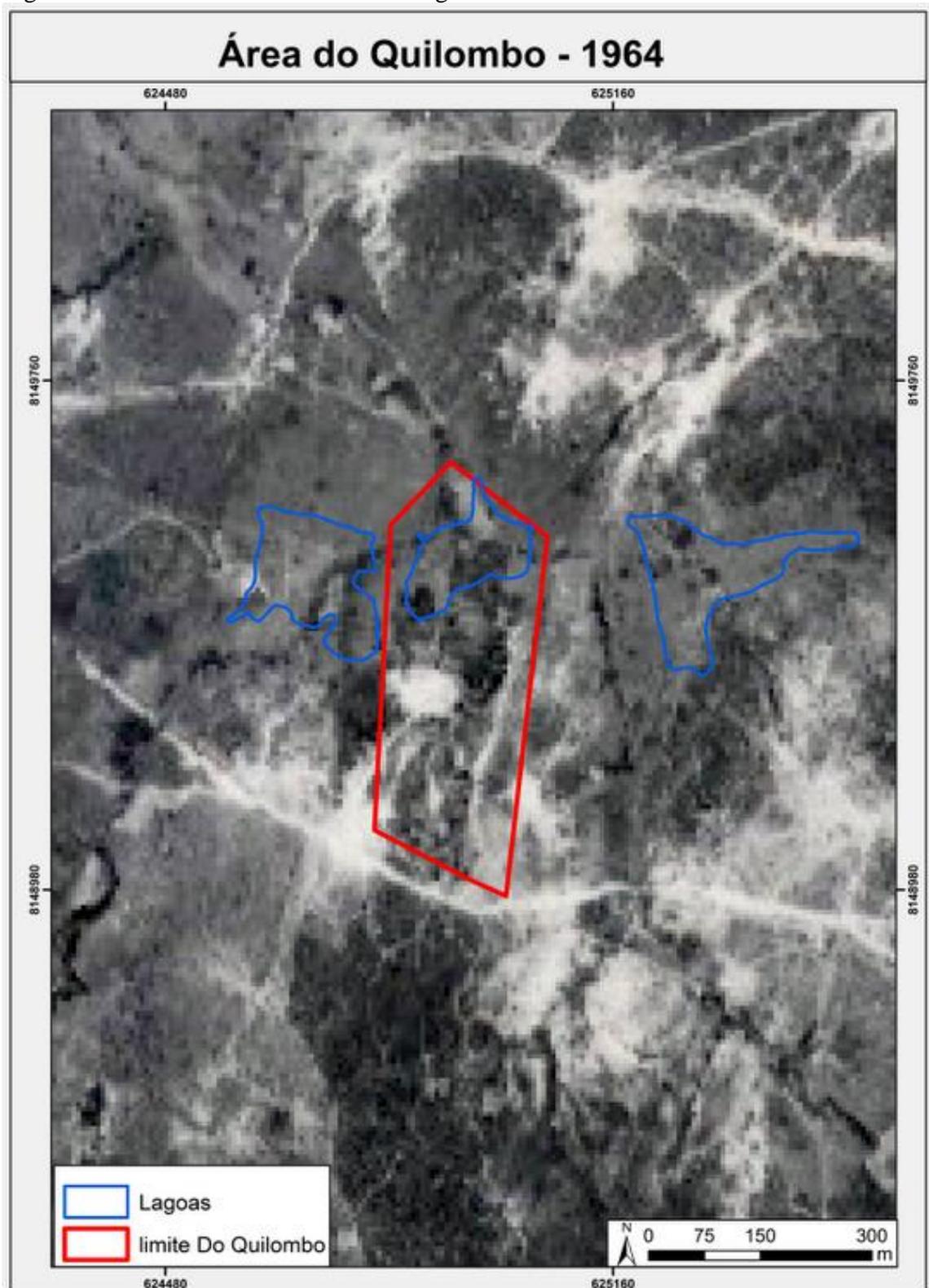
Eu Alberto Leberne Vale Oficial do 1º Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca de Montes Claros, a subscrevo e assino.

Montes Claros, 05 de outubro de 1984.-

Alberto Leberne Vale  
 OFICIAL

Fonte: Documentos cedidos pela família Nogueira (2016).

Figura 7: Foto de satélite do território Nogueira em 1964.



Fonte: Laboratório de Georeferenciamento da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (2017).

Figura 8: Manejo do terreno do Quilombo dos Nogueira.



Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 9: Atividade de cartografia social com os membros dos Nogueira.



Fonte: Próprio autor (2016).



Figura 12: Terreiro umbandista do Quilombo dos Nogueira.



Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 13: Jair Nogueira nos tratos com o terreiro de umbanda.



Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 14: Oferenda no templo umbanda.



Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 15: Lagoa do território da família Nogueira.



Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 16: Prática de rituais umbandistas na lagoa.



Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 17: Frente do território dos Nogueira.



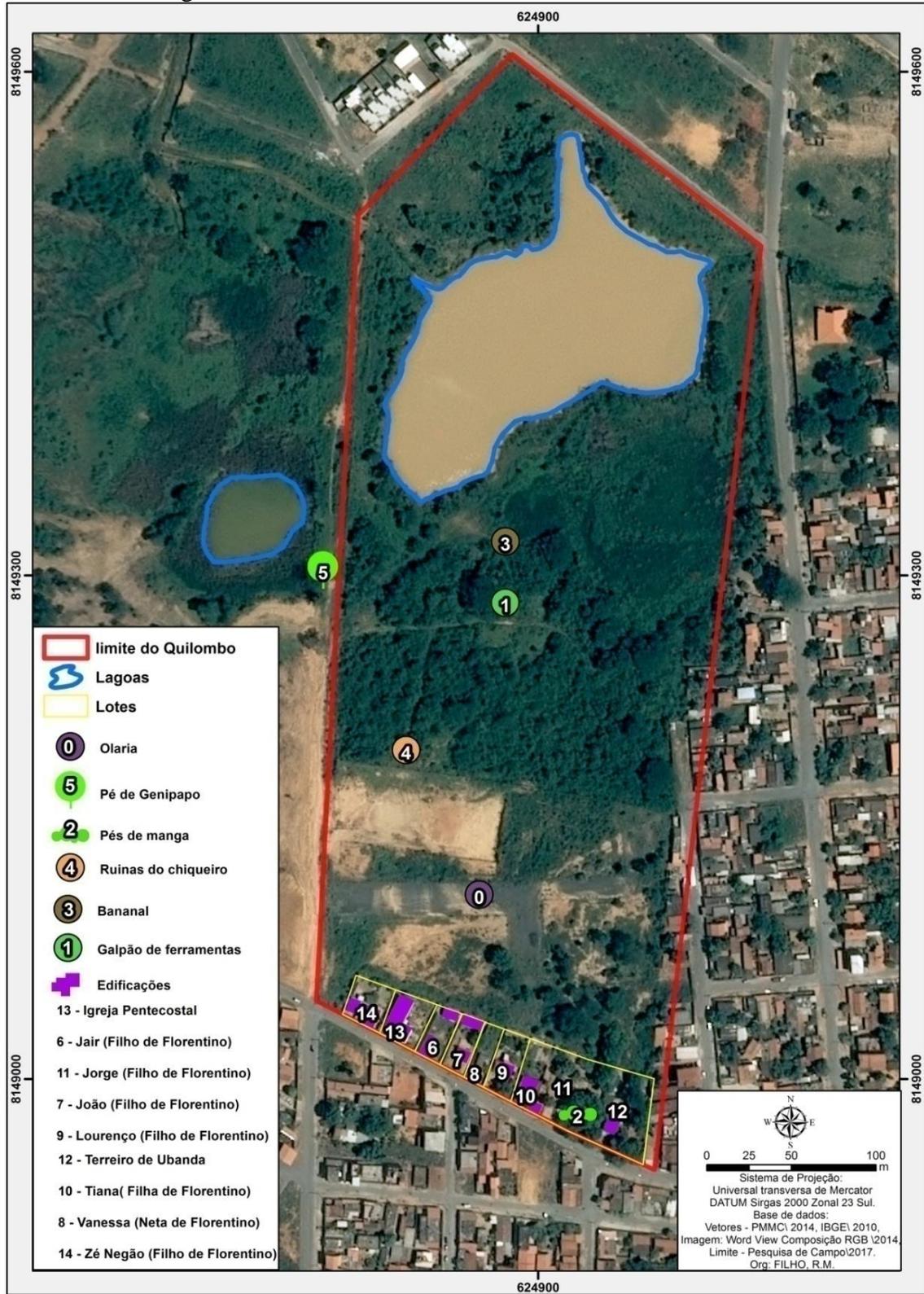
Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 18: Terreno que era utilizado para cultivo agrícola.



Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 19: Divisão em lotes e a área restringida pelo muro construído pela PMMG no território dos Nogueira.



Fonte: Laboratório de Georeferenciamento da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (2017).



Figura 21: Verso da segunda Certidão de compra e venda.

NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: O Décimo Batalhão de Infantaria da Polícia Militar de Minas Gerais, representado neste ato pelo comandante Major Georgino Jorge de Souza.

NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE: José Geraldo de Oliveira, militar e s/m D. Maria Marques Diniz, residentes em Belo Horizonte, representados por Dr. Newton Veloso; e Dr. Newton Veloso e s/m Maria Auxiliadora Versiani Veloso, residentes nesta.

TÍTULO: Compra e Venda      FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO: Escritura Pública passada em 18-12-63 pelo 1º tabelião Substituto Paulo Simões Canela.-

VALOR DO CONTRATO: -: R\$201.530,00.

CONDIÇÕES DO CONTRATO:-: Não há.-

AVERBAÇÕES: Prot. sob o nº 69.297, fls. 217, do Lº 1-E das 6 às 12 horas.- (seguem-se demais anotações técnicas de praxe, que ficam sendo parte integrante desta).  
Oficial, Raimunda de Paula Costa.

Foi o que pude verificar com relação ao que me foi pedido pelo interessado do que dou fé.

Eu Jorge de Carvalho Oficial do 1º Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca de Montes Claros, a subscrevo e assino.

Montes Claros, 05 de outubro de 1984.-  
Jorge de Carvalho  
OFICIAL

Fonte: Documentos cedidos pela família Nogueira (2016).

Figura 22: Segunda via da Certidão original de compra e venda.

1º Registro de Imóveis  
Montes Claros-MG

**OFÍCIO DO 1º REGISTRO DE IMÓVEIS DE MONTES CLAROS-MG**  
Rosiane Rodrigues Vieira  
Registradora

Rua Pires e Albuquerque, 340, Centro, Montes Claros-MG, CEP 39400-057  
E-mail: 1cartorioregistrodeimoveis@gmail.com, Fone: (38) 3214-3987

**OFÍCIO 1º REGISTRO DE IMÓVEIS DE MONTES CLAROS-MG**

Livro 3-AJ      Registro Geral      Fl. 114

Transcrição n.º 44.077      Data de abertura: 5 de setembro de 1959

**CIRCUNSCRIÇÃO:** deste Distrito. **DENOMINAÇÃO OU RUA E Nº:** Fazenda "Montes Claros"

**CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES:** Um quinhão de terras de 1º e 2º classes, c/ área total de 11, 73 ha, situado na fazenda "Montes Claros", deste distrito do valor de Cr\$ 12.960,00, c/ os seguintes limites: começam no canto da cerca divisória de José Paranhos, na margem esquerda da estrada boiadeira para Juramento, daí, seguem pela cerca, margeando a estrada para Juramento, até um marco no canto da cerca divisória de José Alves da Silva (José Camilo), na distancia de 225 m; deste marco seguem no rumo de 21° 30' NE, limitando c/ José Alves da Silva, pela cerca, até a distancia de 300ms; daí seguem, no rumo de 25° NE, ainda limitando c/ José Alves da Silva, pela cerca, até o seu canto próximo a uma barroca, na distancia de 253m; daí segue pela cerca, limitando c/ (ilegível) Gonçalves, até seu embeicho em outra barroca, na distancia de 154 ms, mais ou menos, daí seguem, limitando c/ Geraldo Gonçalves, pela (ilegível) até o embeicho da cerca divisória de José Paranhos, na referida barroca, daí seguem, no rumo de 17° SO limitando c/ José Paranhos (ilegível) cerca até seu canto na margem da estrada de Juramento, na distancia de 408,50 ms ponto inicial destes limites. Quinhão este (ilegível) pelo adquirente na divisão amigável por escritura pública procedida entre o mesmo e o transmitente no imóvel transcrito neste (ilegível) sob os n° 44.034 e 44.035, fls 103 do L° 3-AJ. **NOME DO ADQUIRENTE:** Cel. José Geraldo de Oliveira e s/m D. Maria Marques Diniz, representados p/s procurador Tenente Agostinho Geraldo de Melo. **NOME DO TRANSMITENTE:** José Alves da Silva, vulgo José (ilegível) D. Maria José da Silva. **TÍTULO:** Divisão amigável. **FORMA DO TÍTULO:** Escritura pública de Divisão Amigável passada em 2 de Setembro de 1959 pelo tabelião do 1º ofício Candido Simões Canela. **VALOR DO CONTRATO:** Cr\$12.960,00. **AVERBAÇÕES:** Prot. sob o n° 61.126. **O OFICIAL (a.) ALBERTO LABORNE VALLE.** Transferido para o n° 50.698, fl 213 do L° 3-AL (ilegível)(todo imóvel). (Certifico e dou fé que este texto foi digitado a partir do Livro manuscrito acima indicado e corresponde, na integralidade, ao teor do original. Montes Claros-MG, 01/10/2013 eu, *[assinatura]* Allyny Mykaelly Ferreira Queiroz, Escrevente, conferi e assino).

CERTIDÃO

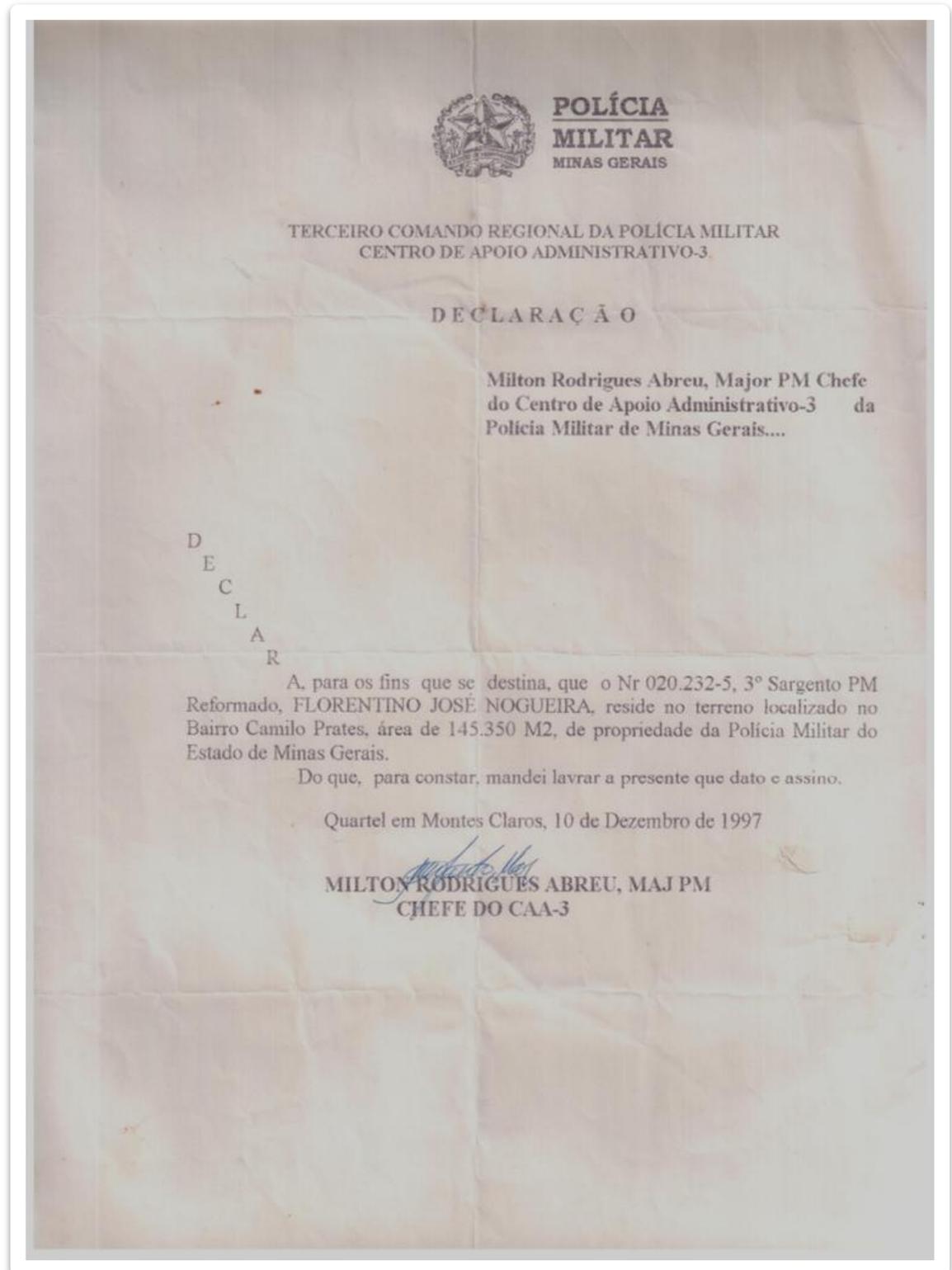
**CERTIFICO e DOU FÉ** que, até esta data, a transcrição aqui reproduzida contém a integral descrição de seu teor e confere com seu original pertencente ao acervo deste 1º Ofício de Registro de Imóveis de Montes Claros-MG. Emolumentos: R\$ 13,11. TFJ: R\$ 4,63. Total: R\$17,74. Montes Claros-MG, 01 de outubro de 2013.(REC...13263\_DMN)

*[assinatura]*  
Allyny Mykaelly Ferreira Queiroz  
Escrevente

*[assinatura]*

Fonte: Documentos cedidos pela família Nogueira (2016).

Figura 23: Declaração de posse do território pela PMMG.



Fonte: Documentos cedidos pela família Nogueira (2016).

Figura 24: Muro construído pela PMMG no território do Quilombo dos Nogueira.



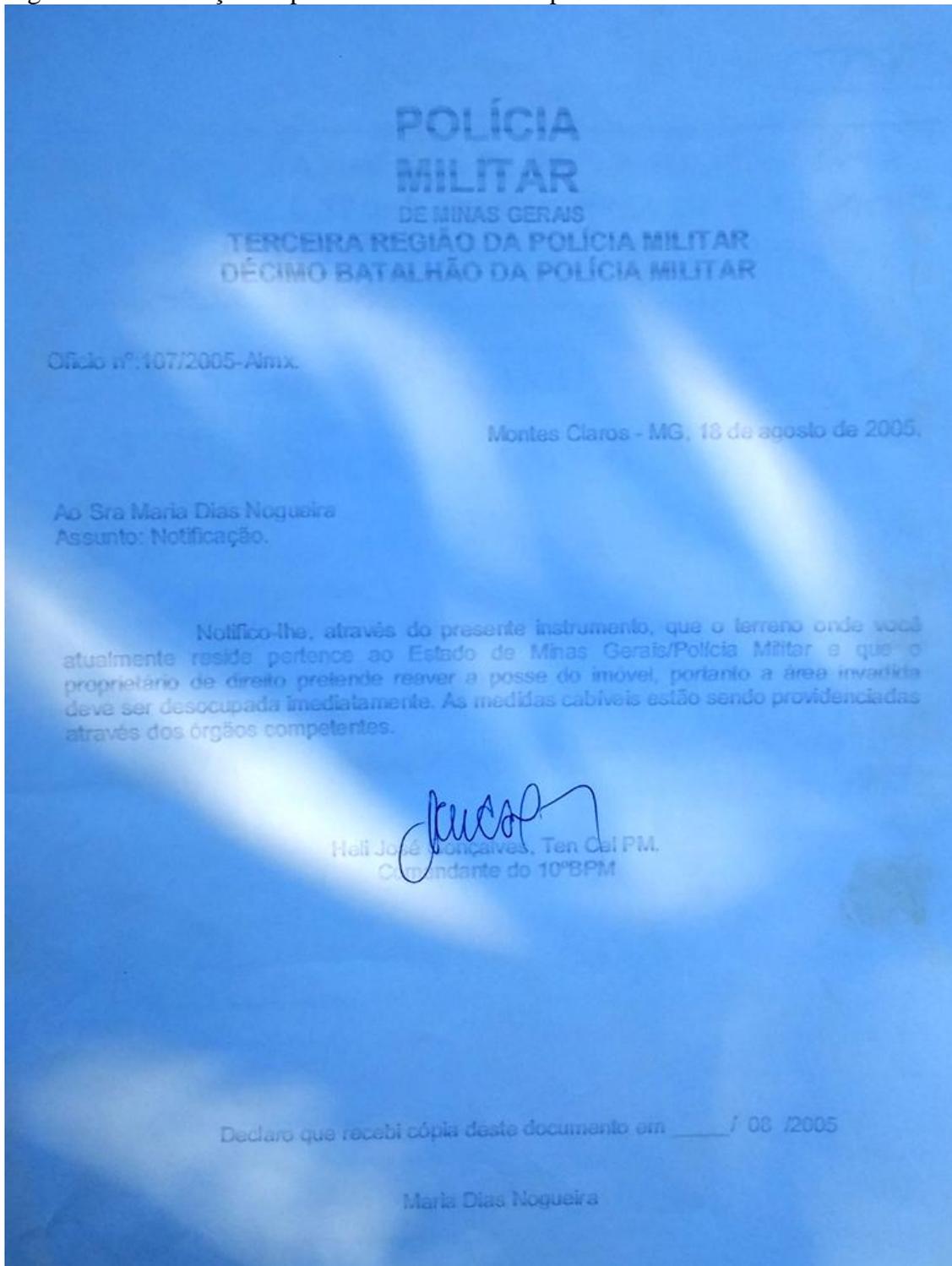
Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 25: Muro construído pela PMMG no território do Quilombo dos Nogueira.



Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 26: Notificação de posse do território feita pela PMMG.



Fonte: Documentos cedidos pela família Nogueira (2016).

Figura 27: Templo pentecostal no território dos Nogueira.



Fonte: Próprio autor (2017).

Figura 28: Primeira citação judicial de reivindicação do território dos Nogueira.

**COMARCA DE MONTES CLAROS - JUSTIÇA COMUM**  
**FÓRUM GONÇALVES CHAVES**  
R RAIMUNDO PENALVA, 70 - VILA GUILHERMINA - CEP: 39401010 - Tel: 3229-1300  
**237 - MANDADO DE NOTIFICAÇÃO**

---

3ª VARA CÍVEL  
PROCESSO: **0087385-91.2012.8.13.0433 / 0433.12.008738-5** MANDADO: 5  
NOTIFICAÇÃO - Distribuído em 12/03/2012

AUTOR: ESTADO DE MINAS GERAIS  
RÉU : COMUNIDADE CRISTÃ PENTECOSTAL e Outro(s).

---

Pessoa a ser notificada:  
NOEMIA DAS MERCÊS NOGUEIRA AMORIM - RG: 4730062/MG - CPF: 951.148.826-00  
PAI: FLORENTINO JOSÉ NOGUEIRA  
MÃE: MARIA DIAS DA ROCHA  
Endereço:  
AV SEBASTIAO GAMA, 439 - Fone:  
CAMILO PRATES - CEP: 39400000 - MONTES CLAROS/MG

O(A) MM. Juiz(iza) de Direito da vara supra manda ao Oficial de Justiça Avaliador abaixo nominado que, em cumprimento a este, notifique a parte ré, na pessoa de seu representante legal, nome e endereço abaixo, de todos os termos e atos da ação supra, cuja cópia da petição inicial segue em anexo.  
Cientifique-a, outrossim, que a espécie não admite defesa, contranotificação, nem contraprotesto nos autos, exceto no que diz respeito ao Artigo 25 da Lei 5250/67, mas poderá fazê-lo em processo distinto.

COMPLEMENTO / DESPACHO JUDICIAL

MONTES CLAROS, 13 de abril de 2012.

Escrivã(o) Judicial: PAULO CANELA FILHO  
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

Ciente: \_\_\_\_\_  
Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

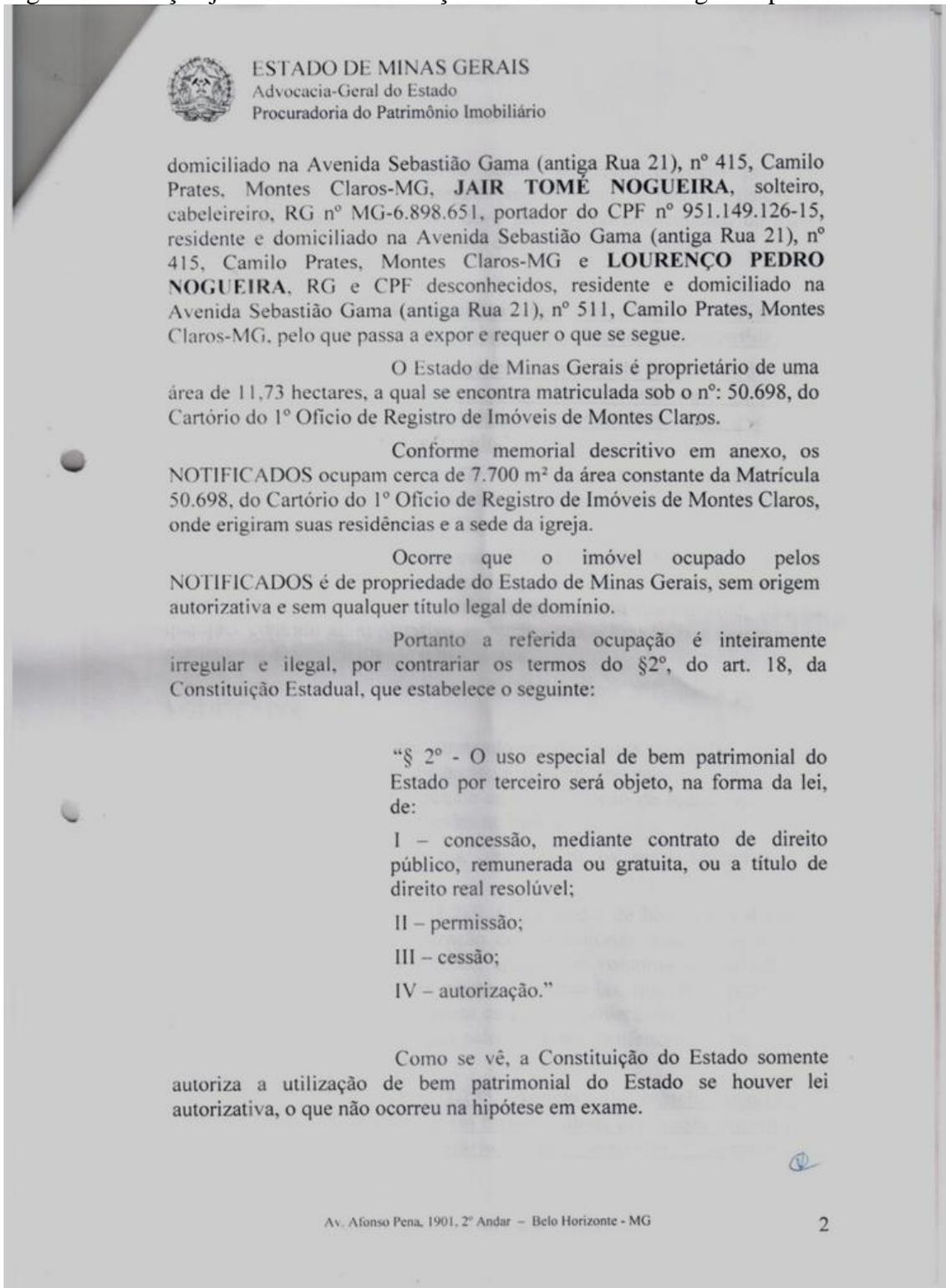
Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional: <b>MÁRCIO AUGUSTO GUEDES OLIVEIRA</b> REGIÃO: 12 - ZONA DOZE	Mandado: 5  Certidão: <input type="checkbox"/> Verso <input type="checkbox"/> Anexa
--	--

Verba de Convênio de R\$ 14,91 a ser empenhada.

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS

Fonte: Documentos cedidos pela família Nogueira (2016).

Figura 29: Citação judicial de reivindicação do território dos Nogueira pela PMMG.



Fonte: Documentos cedidos pela família Nogueira (2016).

Figura 30: Segunda citação judicial de reivindicação do território dos Nogueira.

**COMARCA DE MONTES CLAROS - JUSTIÇA COMUM**  
**FÓRUM GONÇALVES CHAVES**  
R RAIMUNDO PENALVA, 70 - VILA GUILHERMINA - CEP: 39401010 - Tel: (38) 3229-1300 - MONTES CLAROS/MG  
**304 - MANDADO DE CITAÇÃO**

---

2ª FAZ/EMPRESARIAL  
PROCESSO: **0230009-32.2013.8.13.0433 / 0433.13.023000-9** MANDADO: **4**  
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - Distribuído em 08/07/2013

AUTOR: ESTADO DE MINAS GERAIS  
RÉU : COMUNIDADE CRISTÃ PENTECOSTAL

---

Pessoa a ser citada:  
COMUNIDADE CRISTÃ PENTECOSTAL  
(Cumprir Prov. 161/CGJ/2006. Informar RG, CPF, Filiação, etc.)  
Representante Legal: NA PESSOA DE SEU REPRESENTANTE LEGAL.  
Endereço:  
AV SEBASTIÃO GAMA, 439 - Fone:  
CAMILO PRATES - CEP: 39400000 - MONTES CLAROS/MG

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da vara supra manda ao(a) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) abaixo nominado(a) que, em cumprimento a este, CITE a parte, nome e endereço acima discriminada, para os fins constantes do despacho judicial.

DESPACHO JUDICIAL/COMPLEMENTO

Cite-se a Comunidade Cristã Pentecostal, na pessoa de Noêmia das Mercês Nogueira Amorim, para tomar ciência desta ação e, querendo apresentar resposta no prazo da lei, sob pena de revelia.

MONTES CLAROS, 03 de setembro de 2013.

Escrivã(o) Judicial: **FABIANO PATRÍCIO MELO**  
por ordem do(a) Juiz(a) de Direito

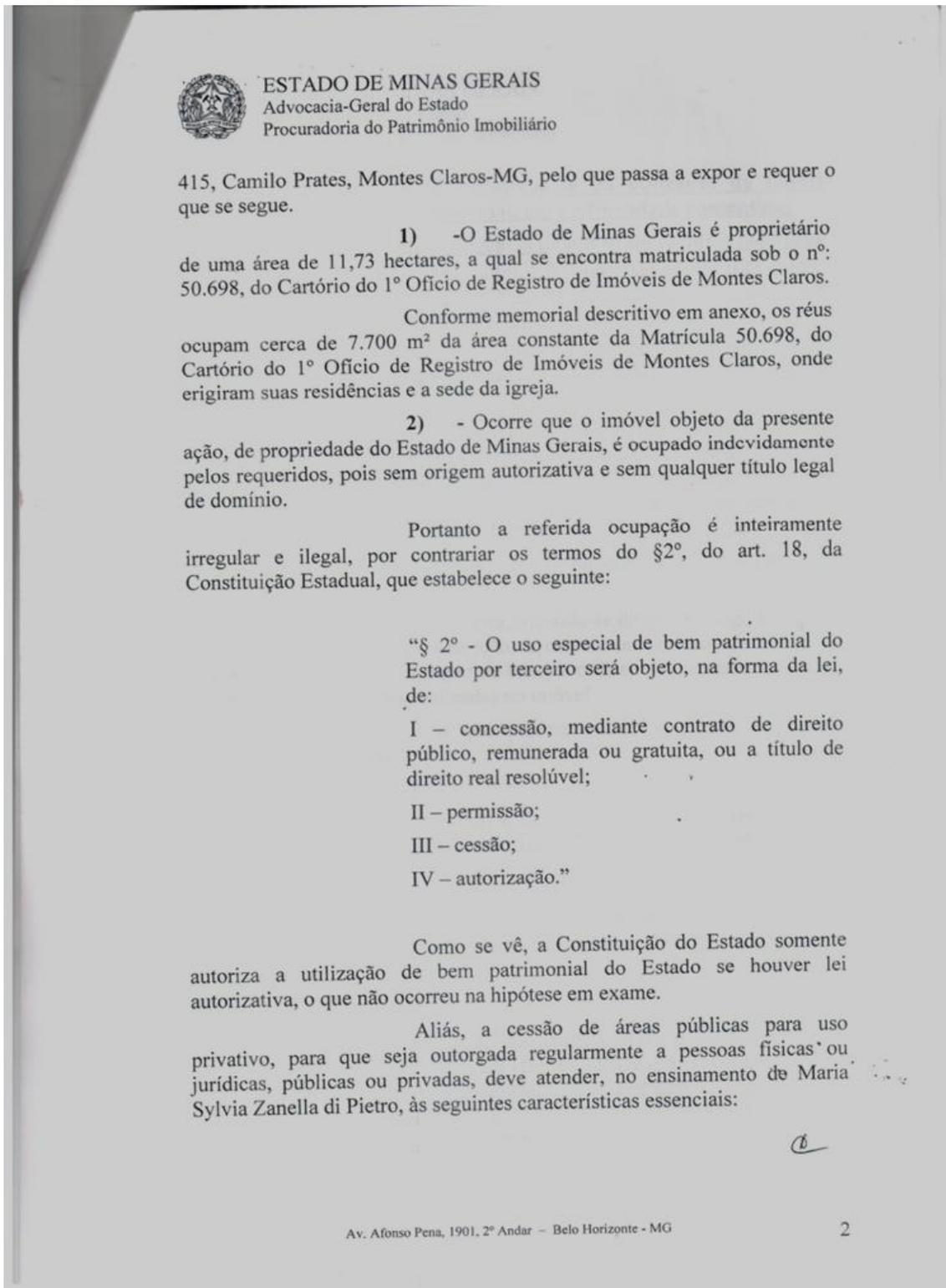
Ciente: \_\_\_\_\_  
Ao comparecer em Juízo, esteja munido de doc. de identificação e trajando vestimenta adequada ao ambiente forense.

Nome do Oficial que deverá se identificar com sua Carteira Funcional: <b>GERALDO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES</b> <b>REGIÃO: 12 - ZONA DOZE</b>	Mandado: <b>4</b>
Verba de Convênio de R\$ 16,01 a ser empenhada.	Certidão: <input type="checkbox"/> Verso <input type="checkbox"/> Anexa

O HORÁRIO DE ATENDIMENTO ÀS PARTES NAS SECRETARIAS DE JUÍZO É DE 12:00 ÀS 18:00 HORAS

Fonte: Documentos cedidos pela família Nogueira (2016).

Figura 31: Segunda citação judicial de reivindicação do território dos Nogueira pela PMMG.



Fonte: Documentos cedidos pela família Nogueira (2016).